

IGUALDADES DIVERSIDADES

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NAS
POLÍTICAS PÚBLICAS – UMA EXPERIÊNCIA EM
SANTO ANDRÉ (SP)

Formação para a
equidade racial e
de gênero:
o quesito cor

O debate da questão
étnico-racial e de
gênero no Brasil

A implementação
do quesito cor em
ações na área da
saúde

Secretaria Especial de
Políticas de Promoção
da Igualdade Racial



Prefeitura de
Santo André

www.santoandre.sp.gov.br
Novo tempo para fazer mais



ação
educativa

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente

José Alencar Gomes da Silva

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR

Ministra Matilde Ribeiro



Novo tempo para fazer mais

Prefeito

João Avamileno

Vice-Prefeita

Ivete Garcia

Núcleo de Políticas de Gênero, Raça, Geração e Pessoas com Deficiência.

Secretaria de Governo

Prefeitura de Santo André



Diretoria

Maria Machado Malta Campos

Pedro de Carvalho Pontual

Maria Clara Di Pierro

Cristiano Di Giorgi

Orlando Jóia

Secretários Executivos

Sérgio Haddad

Vera Masagão Ribeiro

Programa de Educação de Jovens e Adultos

Milena Mateuzi Carmo

Roberto Giansanti

Pesquisa e Monitoramento de Políticas em Educação

Tania Portella

Assessores

Andréia Martins

Márcio Macedo

Gildean Silva Pereira (Panikinho)

Jussara Dias

Maria Lucia da Silva

Luciane da Silva

Luís Eduardo Batista

Marisa Mateus dos Santos

Rosane da Silva Borges

Uvander Vitor da Silva

Texto final

Márcio Macedo

Rosane da Silva Borges

Uvander Vitor da Silva

Edição de texto

Roberto Giansanti

Apoio

ICCO – Organização Intereclesiástica para Cooperação e Desenvolvimento

EED – Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento

NCA – Norwegian Church Aid

Projeto Gráfico / Edição de arte

Rabiscos

www.rabiscos.com.br

Ficha Catalográfica

Catálogo – Brasil. Catálogo na Fonte
Francisco Lopes de Aguiar – CRB8º Região - 212/2005
Centro de Documentação e Informação Ação Educativa

Igualdades, diversidades: promoção da igualdade racial nas políticas públicas – a experiência de Santo André (SP). – São Paulo: Ação Educativa, Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 2007. 52 p.

1. Políticas Públicas. 2. Igualdade Racial. 3. Saúde.
4. Promoção da Igualdade Racial. 5. I. Ação Educativa.
II. Prefeitura Municipal de Santo André. I. Título.

CDD 301.451

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº. 5.988.



Apresentação



Introdução



Eqüidade racial e de gênero – o quesito cor Atividades formativas



Debatendo a questão étnico-racial e de gênero no Brasil: conceitos



Saúde da população negra: uma agenda política



Eqüidade e Políticas Públicas



Indicações de Fontes



Referências bibliográficas

É com grande alegria que apresentamos essa publicação, fruto da parceria entre a Prefeitura de Santo André, a SEPIR – Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Social da Presidência da República e a Ação Educativa.

A criação do Núcleo de Políticas de Gênero, Raça, Geração e Pessoas com Deficiência, na gestão de 2005/2008, teve como um de

discriminação que existem e persistem na nossa sociedade – e também na nossa cidade – nos impulsiona para a criação de mecanismos e instrumentos que combatam o racismo institucional e todas as formas de discriminação, principal fonte das desigualdades. Essa publicação relata parte do processo de formação e criação de um destes instrumentos: o curso de capacitação para promoção da



seus objetivos principais a articulação de todas as políticas, programas, projetos e serviços de cidadania dedicados à eliminação do preconceito racial em todas as áreas da Prefeitura.

O reconhecimento das diversas formas de

igualdade racial.

Esperamos que a leitura dessa revista seja mais um passo na longa caminhada que temos pela frente, na nossa luta pela igualdade e respeito às diferenças que existem na sociedade em que vivemos. ■

Grande abraço,

João Avamileno
Prefeito de Santo André

O binômio gênero e raça têm importância significativa na estruturação das desigualdades sociais e econômicas no Brasil. O aceite dessa tese tem crescido no interior da sociedade civil, sobretudo a partir da atuação e do fortalecimento do Movimento de Mulheres e do Movimento Social Negro nas últimas décadas, aliado à produção acadêmica de diagnósticos sociais sobre as desigualdades de gênero e raça.

As origens históricas e institucionais da desigualdade brasileira são múltiplas, mas sua longa estabilidade faz com que o convívio cotidiano com ela passe a ser encarado, pela sociedade, como algo natural.

A naturalização das desigualdades está posicionada no seio da sociedade civil, gerando resistências teóricas, ideológicas, culturais e políticas. Procurar desconstruir essa naturalização encontra-se, portanto, no eixo estratégico de redefinição dos parâmetros de uma sociedade mais justa e democrática. É uma prioridade das políticas públicas identificar e combater essas desigualdades.

Segundo o DFID¹ – Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional - o Brasil é o maior país em território e população da América Latina, contando hoje com mais de 180 milhões de habitantes. Embora cerca de 50% da população brasileira seja composta por negros (pretos e pardos), a sua formação e herança do período escravocrata fazem com que o racismo e a discriminação racial estejam profundamente enraizados na cultura e nas dinâmicas sociais do país.

Hoje, o protagonismo do Brasil em criar instrumentos de promoção da igualdade racial e combate ao racismo, inclusive no âmbito de suas instituições, é reconhecido mundialmente. Conforme Doudou Diène, relator especial sobre Formas Contemporâneas de Racismo, Discrimi-

nação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, da Comissão de Direitos Humanos da ONU², “o sucesso do Brasil no combate ao racismo é uma condição importante para a transformação de toda a América Latina”.

O trabalho desenvolvido pelo governo de Santo André desde 1997 parte do pressuposto de que o trabalho com ações locais dá início ao processo de respeito às diferenças e da promoção da igualdade na diversidade.

A transformação acontece nas cidades e, a partir delas, é irradiada para os estados e o País.

Reconhecer a naturalização é o primeiro passo para desencadear o processo de desnaturalização dos estereótipos racistas e machistas, perpetuado por várias décadas, e deflagrar um processo de empoderamento e rompimento do ciclo vivenciado pelos excluídos de nossa sociedade: mulheres e negros.

Esta revista foi elaborada e organizada pelo Núcleo de Políticas de Gênero, Raça, Geração e Pessoas com Deficiência, em parceria com a Ação Educativa e com o financiamento da SEPIR. A partir das discussões realizadas com funcionárias e funcionários da Prefeitura de Santo André, no processo de formação para promoção a igualdade racial, em 2006 e 2007, traduz parte do registro e muito do nosso desejo na busca da articulação das áreas da Prefeitura para a superação do desafio “Igualdade na Diversidade”.

Núcleo de Políticas de Gênero, Raça, Geração e Pessoas com Deficiência-Prefeitura Municipal de Santo André

Agosto/2007

¹ Combate ao Racismo Institucional. Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional- Brasília: março de 2007.

² Ver documento da Conferencia Regional das Américas. Brasília, jul. 2006.



Um histórico da política racial na Prefeitura Municipal de Santo André

A Prefeitura Municipal de Santo André vem desenvolvendo desde 1998 uma série de políticas públicas que visam à promoção de equidade racial e de gênero e à ampliação do acesso a serviços básicos, como os de educação e saúde, e a oportunidades de trabalho e de renda.

O Projeto de Pesquisa (CONSÓRCIO MUNICIPAL GRANDE ABC. OIT. SEPPPIR. Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça. Erradicação da Pobreza e Promoção do Emprego. Diferenças são naturais. Desigualdades não!, novembro de 2005.), que engloba gestão local, empregabilidade e equidade de gênero e raça, é um experimento de política pública na região do ABC paulista que foi implementado no período de 1998 a 2003. Financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), esse projeto foi uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Santo André, o Centro Brasileiro de Análise e

Planejamento (CEBRAP), o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), a ONG Elisabeth Lobo Assessoria, Trabalho e Políticas Públicas (ELAS), o Instituto de Cidadania e Governo do ABC e várias outras entidades da região do ABC paulista.

Os objetivos do projeto foram a realização de um diagnóstico sobre as condições de empregabilidade e equidade de mulheres e negros na região do ABC e um trabalho de orientação para a implantação de um experimento de política pública que ampliasse as chances de inclusão desses dois setores na região. Esse trabalho teve como resultado a produção de conhecimentos e metodologias para subsidiar diversas áreas da prefeitura e de outras instituições do ABC na implementação de políticas de superação das desigualdades de gênero e raça. O projeto contou ainda com o apoio financeiro da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Comissão Econômica

do Trabalho (OIT) e da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

Em 2001, houve a adaptação dos Manuais de Capacitação da OIT pela Prefeitura de Santo André, por meio do Grupo de Trabalho do “Projeto Gestão Local, Empregabilidade e Equidade de Gênero e Raça”. Seu intuito era de capacitar gestores públicos para a coleta do quesito cor e a inclusão de um módulo referente à questão racial no Brasil. Essa etapa contou com o valioso apoio do Ministério do Trabalho e Emprego, da OIT e do CEERT.

É nesse contexto que o Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero, Pobreza e Emprego (GPE), da OIT, foi trazido para o Brasil e adaptado para nossa realidade, por meio das oficinas de Validação dos Manuais de Capacitação da OIT, organizada pela Prefeitura de Santo André. Essa adaptação originou o Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego (GRPE).

No mesmo período, ao longo da gestão administrativa 2001-2004, foi criada a Assessoria da Comunidade Negra, pelo reconhecimento por parte do governo da importância de ter um órgão na estrutura administrativa para concentrar as demandas e viabilizar a implantação da Política de Igualdade Racial no município. A iniciativa veio também ao encontro de demandas do Movimento Negro do município.

Como resultado, algumas novas ações foram introduzidas na prefeitura como a discussão de experiências de políticas públicas de gênero

e raça com os gestores(as); a introdução do quesito cor/raça nos cadastros da Central de Trabalho e Renda de Santo André, nos formulários da prefeitura e como elemento de pontuação para contratação de Geração de Trabalho de Interesse Social (GTIS). As ações contribuíram também para a formação dos atendentes no preenchimento de formulários. Como registro das experiências, foi publicado o volume “O Papel da Cor nas Políticas de Promoção da Igualdade: anotações sobre a experiência de Santo André”.

A primeira experiência de multiplicação do Programa GRPE foi desenvolvida na região do ABC, com a ação de capacitação de gestores(as) para o tema, executada pelo GT de Gênero do Consórcio Intermunicipal do ABC. Em novembro de 2003, esse GT transformou-se no GT Gênero e Raça, iniciando o processo de sensibilização dos gestores e gestoras da região para implementação do GRPE nas sete cidades do ABC.

O Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero, Raça, Erradicação da Pobreza e Promoção do Emprego consistiu na criação de condições para fortalecer as dimensões de gênero e raça nas políticas públicas de combate à pobreza e à exclusão social e de geração de emprego na região do grande ABC. Esse programa foi desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho e pela Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), em parceria com o Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings. Foram assinados protocolos de intenções

também em nível municipal. Em fevereiro de 2004, foi assinado o Termo de Acordo entre a Seppir, a OIT, a Câmara Regional do Grande ABC e Consórcio Intermunicipal do Grande ABC para a implementação do Programa GRPE nos sete municípios da região: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. A implementação do Programa GRPE teve início em junho de 2005, sob coordenação do CEERT e CEBRAP. Na ocasião, foram realizados doze encontros com gestores e gestoras das sete cidades num total de 96 horas de formação, finalizada em outubro daquele ano. Esse processo foi bastante rico, pois desafiou ao mesmo tempo em que motivou gestores e gestoras a refletirem sobre o modo como as dimensões de gênero e de raça aparecem nos programas pelos quais são responsáveis. A reflexão se deu por meio da análise do estágio de implantação do quesito cor/raça e sexo nos bancos de dados e sistemas de informação de âmbito regional e/ou local de importantes programas, como o Banco do Povo, o Movimento de Alfabetização (MOVA), de Programas Transferência de Renda e Casas Abrigo do ABC. Outra ação desenvolvida foi uma intensa campanha publicitária abordando a diversidade de gênero e raça no Grande ABC paulista, com o objetivo de sensibilizar os atores regionais (poder público, empresários, sindicatos, movimentos de negros e mulheres e a população em geral) para as desigualdades de gênero e raça existentes no mercado de trabalho e na sociedade em geral. Com o slogan da Campanha "Diferenças são naturais, desigualdades não!" também foi

publicada uma revista com o conteúdo do processo de formação e respectiva avaliação das pessoas que participaram. Esse processo promoveu a integração entre os municípios e a sensibilização da sociedade civil e dos gestores(as) diante da temática. Fortaleceu também a agenda de gênero e raça no ABC e permitiu ampliação da implantação do quesito cor/raça nos formulários de partidos políticos, câmaras municipais, sindicatos, movimentos populares e no Banco do Povo Regional. Impulsionou ainda a criação de órgãos nas estruturas administrativas de prefeituras da região para tratarem especificamente das políticas de promoção da igualdade racial. Na Prefeitura Municipal de Santo André, destacaram-se, entre outras ações, a implementação no Plano Municipal de Educação da Lei nº 10.639/2003, que instituiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Foram também criados o Comitê Técnico de Saúde da População Negra e o Seminário sobre Saúde da População Negra. Dando continuidade a esse conjunto de políticas, a Prefeitura de Santo André, com o apoio da SEPPPIR e em parceria com a ONG Ação Educativa, desenvolveu o "Programa de Capacitação para Promoção da Igualdade Racial", direcionado a servidores públicos de cinco áreas estratégicas do município -- Saúde, Desenvolvimento Econômico, Modernização Administrativa, Inclusão Social e Secretaria de Governo - e retratado nesta publicação que agora chega às suas mãos. ■



“A continuidade dos cursos deve contar também com a possibilidade de participação da sociedade civil.”

(Rosângela das Graças Carlos, participante, assessora de Políticas de Cidadania – PSA)

Eqüidade racial e de gênero – o quesito cor

Atividades formativas

Fazendo a diferença

Oficinas para servidores públicos municipais

Nesta etapa das atividades formativas, uma equipe multidisciplinar da Ação Educativa, composta por psicólogos, sociólogos, antropólogos, pedagogos e médicos, reuniu-se em oficinas com servidores públicos municipais (guardas municipais, atendentes, agentes de saúde e ambientais, atendentes, psicólogos, médicos e outros) para discutir temas relacionados às diferenças raciais, de gênero e orientação sexual. O foco central recaiu no debate dessas temáticas como objetos de políticas públicas e sua relação com a atuação

profissional dos servidores.

Assumiu-se o desafio de estabelecer o debate por meio da expressão de opiniões e da reflexão conceitual a respeito desses temas. São assuntos que, não raro, são evitados nas diferentes situações da vida cotidiana, já que suscitam polêmicas, situações embaraçosas e até mesmo sofrimento. Dessa forma, o objetivo foi justamente o de oferecer espaço e tempo institucional para o debate e reflexão sobre os desafios que as questões étnico-racial e de gênero impõem a todos(as) aqueles(as) que anseiam por uma sociedade mais igualitária. Reforça essa perspectiva o fato de

que a atuação dos servidores, nas funções que desempenham, é essencial para a identificação e correção de desigualdades que podem advir de diferenças de cunho étnico/racial, de gênero ou de orientação sexual.

Dinâmicas e metodologias

Tendo em vista esses objetivos, foi pensada a divisão das turmas em quatro grupos específicos de servidores. No primeiro, estavam atendentes, agentes de saúde e agentes ambientais. No segundo, encontravam-se os guardas municipais. No terceiro grupo, por sua vez, foram alocados(as) os(as) psicólogos(as) e, por fim, o quarto grupo congregava os(as) profissionais da saúde, como médicos(as), enfermeiros(as) e atendentes. A separação do público atendido pelas oficinas levou em consideração o número de participantes e as especificidades da atuação

de cada grupo profissional. Procurou-se, na medida do possível, adequar a dinâmica das oficinas à peculiaridade concernente a cada um dos grupos. Para o trabalho com médicos e psicólogos, por exemplo, considerou-se oportuno delegar a tarefa a formadores médicos ou sociólogos com experiência em pesquisas sobre saúde e relações raciais.

As dinâmicas envolveram metodologias e atividades de discussão dos objetivos da formação. Num **primeiro momento**, foram realizadas atividades de sensibilização inicial, partindo da apresentação inicial de cada participante e do relato de como havia chegado ao curso. Aferiu-se também se conheciam os objetivos dos cursos e oficinas e quais eram as expectativas em relação aos mesmos. A seguir, foi feita a apresentação institucional do curso e esclarecimento de dúvidas, bem como proposta de debate das temáticas cor/“raça”, gênero e orientação sexual, calcados no conceito-chave de diferença.

O **segundo momento** das atividades partiu da exibição e discussão do vídeo “Isso, aquilo e aquilo outro”, que retrata a questão da diferença por meio de suas múltiplas manifestações, com enfoque na diferença “racial”. O debate fundava-se em duas questões inter-relacionadas: “O que eu senti ao assistir esse vídeo?” e “Quais questões ele suscita?”. Das respostas e comentários, foram colhidas palavras-chaves ou expressões que serviriam de eixo para as atividades formativas, tais como: racismo, “raça”, preconceito, discriminação, racismo “ao contrário”, auto-estima, cotas raciais e outras. Diante da constatação de que as questões étnico-racial e de gênero têm sido alvo de intenso debate público, muitas vezes informadas

por posicionamentos ideológicos e/ou pouco democráticos, considerou-se que discutir alguns conceitos-chaves seria um passo seguro para tratar a problemática da equidade na sociedade contemporânea. Nesse sentido, num **terceiro momento**, foi proposta uma atividade na qual, divididos em pequenos grupos, os participantes pudessem discutir e elaborar definições sobre noções e conceitos como raça, racismo, discriminação, sexo, gênero, desigualdade, democracia, preconceito, orientação sexual, equidade, diferença e xenofobia. A seguir, desenvolveu-se a etapa de socialização e sistematização dos resultados. O intuito dessa atividade foi o de mostrar aos participantes, tomando como eixo o conceito de diferença, a complementaridade entre os temas discutidos. Para definir um determinado conceito - por exemplo, sexo -, era preciso recorrer a outro(s) conceito(s) trabalhado(s) por outro(s) grupo(s), como os de gênero ou desigualdade. Enfatizou-se que questões como a superação da desigualdade de gênero, do racismo institucional e da discriminação dos homossexuais demandam políticas públicas específicas. Sobre essas etapas da atividade formativa, veja o esquema a seguir: Nesse contexto, a diferença passa a ser entendida como um construto sócio-histórico,

livre de essências e que deveria ser respeitada nas suas variações de gênero, étnico/"racial" e de orientação sexual. Ao mesmo tempo, buscava-se salientar que a hierarquização das diferenças poderia reproduzir, manter ou naturalizar desigualdades econômicas, políticas e sociais que, na verdade, são historicamente construídas. A existência dessas desigualdades, mantidas por discriminações calcadas em preconceitos, ferem o preceito democrático constitucional em vigor no país, o de que todos são iguais do ponto de vista jurídico e têm os mesmos direitos. Ao mesmo tempo, destacou-se que as desigualdades impossibilitam a mobilidade social e a vivência plena da democracia dos grupos discriminados. Outro ponto importante foi evitar ou desfazer a confusão conceitual, bastante comum, entre as noções de diferença, desigualdade, igualdade e equidade, fundamentais para o entendimento das questões sociais vivenciadas pela sociedade brasileira e mundial contemporânea e tão presentes nos debates sobre políticas públicas. Num **quarto momento**, solicitou-se que os participantes realizassem uma atividade para além das salas do curso: que procurassem observar, em suas rotinas diárias (ida ao supermercado, em passeios, no trabalho etc.)

	1º momento	2º momento	3º momento
Eixo das Diferenças	Mobilizar, conhecer	Debater, refletir, trocar	Sistematizar, organizar
	Apresentação dos participantes, relatos individuais sobre a necessidade de formação, apresentação institucional das atividades formativas	Projeção e debate de vídeo*.Elucidar, (re)construir idéias e conceitos: cor, raça, sexo, gênero, desigualdade, democracia, preconceito, orientação sexual, equidade, diferença e xenofobia. Estranhamento.	Perceber a complementaridade e interconexão entre os temas e idéias debatidos. Diagnosticar e superar preconceitos, desigualdades e discriminação demanda políticas públicas efetivas e específicas.

Os sistemas de classificação racial

Cientistas sociais têm discutido o sistema de classificação racial vigente no Brasil. De acordo com o antropólogo Peter Fry, há três tipos de classificação racial funcionando ao mesmo tempo no Brasil:

- 1) o utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo Demográfico, composto pelas categorias preto, branco, pardo, amarelo e indígena;
- 2) o utilizado pelos movimentos sociais negros, que funciona na perspectiva bipolar branco-negro e
- 3) a classificação popular, que possui flexibilidade e criatividade bastante grandes para se apropriar dos dois primeiros tipos de classificação, reelaborá-los e criar incontáveis categorias novas. Exemplo disso são os termos "moreno jambo", "loirinha Bombril", "branca bronzeada" etc. Para saber mais, leia o item Saúde da população negra: uma agenda política.

onde e como estavam localizado(a)s o(a)s negro(a)s e as mulheres. Em outras palavras, em que lugar essas pessoas trabalhavam, quais funções estavam desempenhando, sua presença ou ausência em determinados espaços públicos. O objetivo foi o de aproximar a discussão conceitual realizada com situações comuns na vida cotidiana dos participantes. Tratava-se de um exercício de "estranhamento do olhar" em relação à realidade circundante. Como resultado dessa observação livre, os

participantes trouxeram um elenco de situações de desigualdade ou mesmo de naturalização de papéis sociais, que até o momento da atividade raramente haviam sido questionado por eles. Alguns exemplos foram o baixo número de vendedore(a)s negro(a)s em butiques e lojas mais sofisticadas de shopping centers, a dificuldade de encontrar negro(a)s em cargos de comando ou gerência de empresas, situações de discriminação vividas por familiares, amigos e vizinhos envolvendo negro(a)s, mulheres e homossexuais, além da maior atenção voltada para reportagens da imprensa escrita e televisionada sobre desigualdades entre brancos e negros ou entre homens e mulheres. Após o debate, iniciou-se discussão mais específica sobre as peculiaridades do sistema de classificação racial brasileiro (vide Box). Dois fatores importantes foram enfatizados nessa parte da oficina: o primeiro dizia respeito ao papel que a categoria "cor" toca em nosso sistema classificatório; percebe-se que "cor" é a maneira como "raça" é percebida/vivenciada no Brasil; o segundo ponto fazia referência ao fato de que as três maneiras de classificar racialmente funcionam simultaneamente e são influenciadas por outras categorias como, por exemplo, classe social e nível educacional. Outro ponto importante ressaltado era a necessidade de sempre respeitar a auto-classificação, na medida em que ela se dá na mediação entre o modo como o indivíduo se vê e como é visto pelos grupos com os quais interage. Buscou-se também explicar a peculiaridade e importância da categoria "cor" nos sistemas de classificação racial vigentes em nosso país. Nesse sentido, o contraponto com os

Preconceito de “marca” X Preconceito de “origem”

A partir de dados coletados numa pesquisa sobre relações raciais numa pequena cidade do interior paulista, o sociólogo Oracy Nogueira (1917-1996) cunhou nos anos 1950 os termos “preconceito de marca” e “preconceito de origem”. Pretendia diferenciar o tipo de discriminação racial que ocorria no Brasil em relação ao vigente nos Estados Unidos. De acordo com o analista, em nosso país, as pessoas discriminariam tendo como base a “marca”, ou seja, traços como cor de pele, formato dos lábios, nariz e textura do cabelo que evidenciassem a ascendência racial negra. Já entre os norte-americanos, o que sustentaria a discriminação em relação aos negros seria a “origem”, ou seja, o fato de alguém possuir na família algum parente negro independentemente da pessoa “aparentar” ser negra. A partir dessa lógica, uma pessoa nos Estados Unidos que seja loura e possua olhos verdes mas que tenha um bisavô negro será considerada negra, já que o que está em jogo na classificação é a ascendência e não a aparência. Para saber mais sobre essa distinção, ver o livro de Oracy Nogueira **Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga**.

Estados Unidos é útil (veja o Box).

Nesse país, vigora o “preconceito de origem”, enquanto no Brasil é bastante difundido o “preconceito de marca”. Essas comparações permitem lançar luz sobre o caso brasileiro, acima de qualquer intenção de hierarquizar as experiências. Aqui vale a máxima, repetida freqüentemente por alguns autores, de que não há racismos melhores ou piores, todos são abomináveis.

O debate sobre os sistemas de classificação racial utilizados no Brasil permitiu, num **quinto momento**, desenvolver atividade para colocar em destaque a centralidade do sistema adotado pelo IBGE, por ser este adotado oficialmente pelo Estado brasileiro e por permitir maior comparabilidade. A maioria das pesquisas que medem o desempenho econômico e social da população brasileira utiliza as categorias raciais adotadas pelo órgão.

Na metodologia utilizada, a turma foi dividida

em cinco grupos, para os quais foram distribuídas cartolinas acompanhadas de pedaços menores de cartolina colorida. Em seguida, cada grupo foi nomeado a partir de uma categoria utilizada pelo sistema de classificação do IBGE. Solicitou-se a seguir que cada grupo discutisse entre si as representações, idéias e características que, na opinião deles, estavam associados à categoria que nomeava o grupo. Em seguida, o resultado das discussões foram escritos nos pedaços menores de cartolina.

Após a discussão, passou-se à segunda parte da atividade, que consistia na montagem de painéis que apresentavam características e representações sociais das respectivas categorias. Isso serviu de como mote à desconstrução de uma série de estereótipos. A atividade lançou as bases para a exposição final da oficina, sobre a relação e importância dos quesitos cor/“raça” e gênero no cotidiano

profissional dos servidores, bem como a possibilidade de utilização dos dados obtidos por meio desses quesitos na constatação/ identificação de problemas com contornos raciais e de gênero no município.

Completo-se a atividade com a posterior elaboração e implementação de propostas de

políticas públicas necessárias para corrigir, sanar ou evitar esses mesmos problemas, seguida de avaliação final preparada pelo Núcleo de Políticas de Gênero, Raça, Geração e Pessoas com Deficiência da Prefeitura de Santo André.

Veja o esquema a seguir com a quarta e a quinta etapas da formação.

	4º momento	5º momento
Eixo das Diferenças	Observar, refletir, trocar	Sistematizar, organizar
	Observar a condição e posição de negros e mulheres em diversos âmbitos da vida cotidiana. Estranhamento do olhar. Questionar situações de desigualdade e a naturalização de papéis sociais. Compartilhar impressões.	Debater sistemas de classificação racial no Brasil. Reconhecer preconceitos de marca e origem. Expor e debater representações sobre as categorias presentes nos sistemas de classificação racial. Desconstruir estereótipos.

O espaço da cidade, espaço de materialização da (des)igualdade

Encontros com gestores e gestoras

De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas.
Ítalo Calvino

Os questionamentos acima serviram para a exploração das nuances que dão fisionomia à cidade de Santo André. Feito o percurso sobre os dispositivos nacionais e internacionais contemporâneos que visam à erradicação do racismo e do sexismo, assim como o impacto que eles têm nas políticas públicas, foi realizado um mapeamento de algumas possibilidades de atuação do(a) servidor(a) público(a) num cenário fortemente marcado por disparidades nos modos de vida do cidadão andreense.

Se, como disse Calvino, uma cidade importa pelas respostas que consegue dar aos seus habitantes, quais seriam as respostas que Santo André consegue dar a quem nela vive? As oportunidades estão dadas para todos(as)? A cidadania e a participação coletiva são princípios cultivados? Qual o perfil do(a) morador(a) da periferia da cidade? Tais provocações impulsionaram um diagnóstico provisório de Santo André, feito pelo grupo: uma cidade de 650.000 habitantes que abdica de uma identidade assentada no setor industrial e passa a ostentar uma identidade vinculada ao setor de serviços; uma cidade que cresceu desordenadamente; uma cidade com presença de grupos de intolerância (skinheads) que não respeitam os diferentes/ desiguais.

O desenho dos projetos apresentados pelos grupos de trabalho apresentou balizas fundamentais para que Santo André, efetivamente, adote e implemente políticas de ação afirmativa como forma de reparar injustiças históricas, remediar desvantagens estruturais e a discriminação socio-racial. E que, assim, faça com que todos os grupos e segmentos sociais tenham representação diversificada e proporcional nas estruturas de poder. Sabe-se que já foram tomadas diversas iniciativas no âmbito governamental local. A reafirmação desse compromisso, já firmado em experiências anteriores a partir da reorientação das atividades que cada um realiza em seu posto de trabalho, é um passo fundamental para que a cidade seja, realmente, de todos(as) e para todas(as).



Elaboração de projetos com recortes de gênero e raça Oficinas para gestores e gestoras

Por que elaborar projetos?

A Prefeitura de Santo André vem desenvolvendo ao longo de doze anos ações afirmativas e políticas públicas com o objetivo de diminuir as desigualdades de gênero, raça e classe social. Face à urgência dos problemas a serem enfrentados, é preciso superar desafios associados à complexidade administrativa e à disponibilidade de recursos orçamentários. É preciso também sensibilizar e preparar gestores e gestoras – responsáveis pela formulação ou execução das políticas públicas - para a compreensão das origens das desigualdades de raça e gênero.

Com esses objetivos, foram propostas e desenvolvidas oficinas de elaboração de projetos com os recortes de gênero e raça, que integra o “Programa de Capacitação em Gênero e Raça”.

O Projeto e a política focalista

Um projeto surge a partir da necessidade de mudar uma determinada realidade, colocando-se como um caminho possível para alcançar a mudança almejada. Apoiando-se na reflexão e diagnóstico sobre uma dada problemática, trata-se de “uma ação social planejada, estruturada em objetivos, resultados

e atividades, baseados numa quantidade de limitada de recursos (...) e de tempo” (ARMANI, 2000:18).

É importante considerar que projetos dessa natureza não são realizações isoladas. Ainda que financiados com recursos externos, é desejável a interação dos projetos com políticas e programas voltados ao segmento em questão. Dessa forma, projetos específicos podem induzir a novas políticas públicas ou potencializar a gestão e a execução de políticas em andamento. Os projetos com recorte racial, por sua vez, configuram-se como uma importante ferramenta no desenho das ações continuadas que constituem as políticas públicas.

“As oficinas de elaboração de projetos com recorte de gênero e raça foram um primeiro grande exercício, restando agora o desafio de promover uma formação de caráter mais permanente.”

(Maria Aparecida Soliani, assessora do Núcleo de Governo da PM Santo André)

Teoria e Prática

Os gestores e gestoras que participaram do curso trabalham nas diversas áreas da prefeitura, incluindo postos ou cargos que se caracterizam pela interação direta com a população. Por isso, o momento inicial de formação teórica foi fundamental (sobre isso, leia o item Eqüidade e Políticas Públicas) para a preparação do grupo para o segundo momento: a oficina de elaboração de projetos.

O foco principal da oficina residiu em discutir e formatar projetos a partir do conteúdo teórico apresentado e levando em conta as diferentes necessidades dos participantes. O grupo definiu a produção de três projetos considerados estratégicos, justificados pelos participantes como ações afirmativas sob os recortes de raça

e gênero.

Num primeiro momento, foram apresentados os elementos principais para a elaboração de um projeto:

Objetivo Principal - Objetivos Específicos – Justificativa - Situação-problema - Contexto, Estratégias e Metodologias - Avaliação e Orçamento.

Ao final desta etapa, o grupo dividiu-se de acordo com o seu interesse e, seguindo o roteiro, foram discutidos e elaborados os três projetos mencionados: sobre diagnósticos de realidades locais no âmbito do Programa Saúde da Família; a respeito de projeto de Escola Sócio-

educativa e sobre Cursos de formação para multiplicadores.

Na avaliação dos organizadores e dos participantes, esse primeiro exercício resultou em um conjunto de escolhas de temas de projetos bastante pertinente. Tais escolhas revelam, de um lado, a apropriação pelos participantes dos diversos conteúdos das oficinas e sua formulação em projetos concretos e viáveis e, de outro, a necessidade de formular novos programas de formação permanente. Desta forma, o Núcleo de Políticas de Gênero, Raça, Geração e Pessoas com Deficiência assumiu o compromisso de promover novas ações de formação de gestores e gestoras, tanto para aprimorar projetos como para desenvolver conhecimentos a respeito da busca de recursos financeiros e parcerias para sua implementação.



Debatendo a questão étnico-racial e de gênero no Brasil: conceitos

A diferença fazendo a diferença

O texto a seguir serve de guia na discussão sobre as temáticas cor/ "raça" e gênero, oferecendo elementos para a compreensão dessas e outras categorias e conceitos caros à discussão política democrática no Brasil do início do século XXI.

É importante enfatizar que, apesar das definições tentarem se aproximar ao máximo das concepções científicas dos termos, a partir de disciplinas como a antropologia e sociologia, a apropriação de tais concepções no calor do debate é feita de modo político, seja pelos movimentos sociais e seus ativistas, pelo Estado ou por membros de movimentos sociais contrários à sua utilização. Desse modo, é preciso olhar para essas tentativas de definição como processo sujeito a revisões e acréscimos. O exame dos conceitos que surgem nas discussões sobre relações étnico/raciais e de gênero parte inicialmente da exploração do conceito de diferença. De início, podemos assumir a diferença como o avesso daquilo que é entendido como norma ou padrão. A construção desse padrão altera-se historicamente: diversos autores identificam que, na modernidade (veja o Box), a construção desse padrão caracteriza-se por combinar

fatores biológicos e culturais. Ou seja, ele está no contido no homem (gênero), branco (raça), cristão (religião) e heterossexual (orientação sexual), de modo que todas as variações a essa norma são entendidas como "desviantes", inferiores e inseridas num sistema hierárquico que dita o lugar social – desigual – de cada uma das diferenças.

É preciso lembrar que esse processo deve ser entendido num contexto mais amplo de surgimento, expansão e consolidação do capitalismo e da dominação europeia que tem seu início no século XVI e se intensifica nos séculos XVIII e XIX. Um dos efeitos desse avanço da dominação capitalista é a constante naturalização da diferença, como se fosse ela um dado da natureza, algo que foi, é e sempre será da mesma forma. Assim, a naturalização retira a possibilidade de interpretar qualquer tipo de diferença cultural como algo construído a partir da ação humana em determinadas circunstâncias históricas, sociais e políticas.

A intelectual norte-americana Donna Haraway sumariza esse ponto de forma bastante apropriada, ao afirmar que "a consciência de gênero, raça e classe foi uma conquista a que fomos forçados pela terrível experiência histórica das realidades sociais contraditórias do patriarcado [gênero], do colonialismo [raça] e do capitalismo [classe]".

Modernidade

A modernidade é um conceito central nas ciências humanas, utilizado para entender a realidade contemporânea. Tendo como epicentro a Europa e marco de surgimento o final do século XVIII, ela se caracteriza por uma alteração da percepção das pessoas em relação ao mundo que as cercava. Isso ocorreu devido ao impacto das transformações políticas, econômicas, urbanas e tecnológicas impulsionadas conjuntamente pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa (1789), aliadas ao projeto dos teóricos iluministas. Esses pensadores concebiam a razão como algo inato à natureza humana e de caráter libertador. Sua correta utilização pelo homem seria a chave para o estabelecimento da igualdade e justiça no mundo moderno.

É nesse sentido que utilizamos o conceito de diferença: como algo construído social e historicamente e que se faz presente no mundo real a partir de sinais específicos como cor, raça ou atributos do que venha a ser masculino e feminino. Tais sinais expressam a diferença e fazem sentido somente através de contrastes, ou seja, quando comparados a outras diferenças. Pode-se afirmar que o branco só faria sentido quando comparado ao negro, ou o masculino em relação ao feminino.

relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul, de sua autoria. A partir dos anos 1960, os movimentos sociais que politizavam e problematizavam a diferença como dimensão da dominação e reprodução de desigualdades ganham espaço e força política em relação àqueles que tinham como base de legitimidade a posição do indivíduo na estrutura de classe. O que se viu, na verdade, foi que a contestação e denúncia da dominação e das

Os racismos variam em forma, contexto e modos de atuação

Uma observação válida é sempre lembrar que as diferenças são múltiplas, apresentando-se de forma plural e combinada nos indivíduos. Uma mulher não é só mulher (gênero), mas pode ser branca ou negra (cor/“raça”) além de hetero, homo ou bissexual. Um exemplo de como algumas dessas categorias interagem na dinâmica social pode ser apreendido na pesquisa da antropóloga Laura Moutinho sobre relacionamentos inter-raciais. A autora mostra como os atributos gênero e cor são considerados na construção do desejo naquilo, que ela denomina de “mercado dos afetos”. Para saber mais, consulte o livro Razão, “cor” e desejo: uma análise sobre

desigualdades vigentes no sistema capitalista deixaram de ser monopólio do movimento operário, passando a contar (e disputar!) com questionamentos oriundos do movimento feminista, negro e homossexual - todos eles reunidos sob a perspectiva da diferença cultural que busca reconhecimento social e/ou redistribuição econômica (veja o Box). É no contexto pós-atuação desses movimentos que vivemos atualmente. E somente como beneficiários de mudanças trazidas pelas ações desses grupos é que podemos entender um curso que se propõe a discutir a importância dos quesitos cor/“raça” e



gênero em formulários e relatórios manuseados diariamente por servidores municipais. Do mesmo modo, as mudanças irrigam um olhar mais informado e o tratamento apropriado das diferenças nos serviços prestados à população de Santo André.

A partir dessa exposição, é possível examinar a diferença do ponto de vista étnico/racial e de gênero.

Definindo e entendendo raça, racismo e gênero

Como nos ensina o cientista social inglês Michael Banton, em verbete no Dictionary of race and ethnic relations, “raça” é um conceito que surge primeiramente no século XVI. Nesse cenário, era utilizado para identificar um grupo ou categoria de pessoas ligadas por uma origem comum. Com o decorrer do tempo, o termo passa a ter contornos que extrapolam a idéia

de origem. A filósofa alemã Hannah Arendt, uma grande pensadora do século XX, explicando a estruturação dos regimes totalitários na Europa, mostra como no século XVIII parte da aristocracia francesa passou a se imaginar fazendo parte de uma “raça” de aristocratas em detrimento de uma “nação de cidadãos”, justamente no momento que começa a perder o poder para a burguesia. A nobreza francesa se pensava ligada por laços de parentesco e raciais que extrapolavam a nacionalidade, face à sua proximidade e associação em relação às aristocracias germânica e inglesa. Contudo, foi na virada do século XVIII para o XIX que “raça” tomou contornos biológicos claros e os grupos “raciais” passaram a ser entendidos como realidades totalmente distintas e hierarquizadas. Brancos eram vistos como biológica, moral e intelectualmente superiores aos negros e amarelos. A miscigenação passa a ser compreendida como algo que enfraquecia os grupos, pois se

acreditava que os filhos mestiços incorporavam atributos do grupo racial inferior.

Em 1853, o conde francês Arthur de Gobineau, que por um tempo morou no Brasil e foi amigo do Imperador Dom Pedro II, publicou seu Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas. Posteriormente, seria uma das principais obras na divulgação das teorias racistas e do racismo científico, influenciando até mesmo Adolf Hitler, quando o líder nazista escreveu sua autobiografia intitulada Minha luta (1924).

Os racismos variam em forma, contexto e modo de atuação. São exemplos de racismo o regime do apartheid, que vigorou na África do Sul por mais quarenta anos, o sistema de segregação racial ocorrido nos Estados Unidos até os anos 1960 e o chamado racismo cordial brasileiro (veja o Box). O racismo científico que pairou sobre o mundo no século XIX justificou em parte a colonização européia no continente africano e estabeleceu uma hierarquia entre os grupos humanos a partir de suas características fenotípicas, como cor da pele, formato da boca, nariz, textura dos cabelos etc.

O ápice das teorias racistas se deu na Segunda Guerra Mundial, com o genocídio de judeus na Alemanha Nazista. Nessa altura, valeria a pena fazer uma distinção entre os conceitos “étnico” e “racial”. Enquanto o racial está ancorado em diferenças ou marcas físicas, o étnico faz referência a distinções culturais eleitas pelo grupo a fim de auto-reconhecimento, diferenciar-se em relação a outros grupos e afirmar-se politicamente.

Os estudos sobre etnicidade tiveram início na antropologia e buscavam investigar grupos indígenas. Posteriormente, passou a ser utilizado nas relações entre grupos das sociedades urbanas contemporâneas, como os de imigrantes, por exemplo. Todavia, muitos autores tendem a vincular os dois conceitos, ao falar da população negra, pois, segundo eles, essa coletividade apresentaria as duas características, ou seja, diferenciações de base fenotípica e culturais. Eis o porquê do termo étnico-racial. O Brasil não ficou de fora da ideologia racial que assolou o mundo. A antropóloga Lilia Schwarcz faz uso do termo “bando de idéias novas”, utilizado pelo crítico literário Silvio Romero, para se referir à chegada das novas teorias sociais no Brasil do

O que é Racismo

O racismo é entendido aqui como um conjunto de idéias, doutrinas e pensamentos que estabelece, justifica e legitima a dominação de um grupo racial sobre outro, pautado numa suposta superioridade do grupo dominante em relação aos dominados. Num regime onde prevalece a lógica racista, recursos diversos são distribuídos desigualmente e são informados por fatores raciais / culturais.

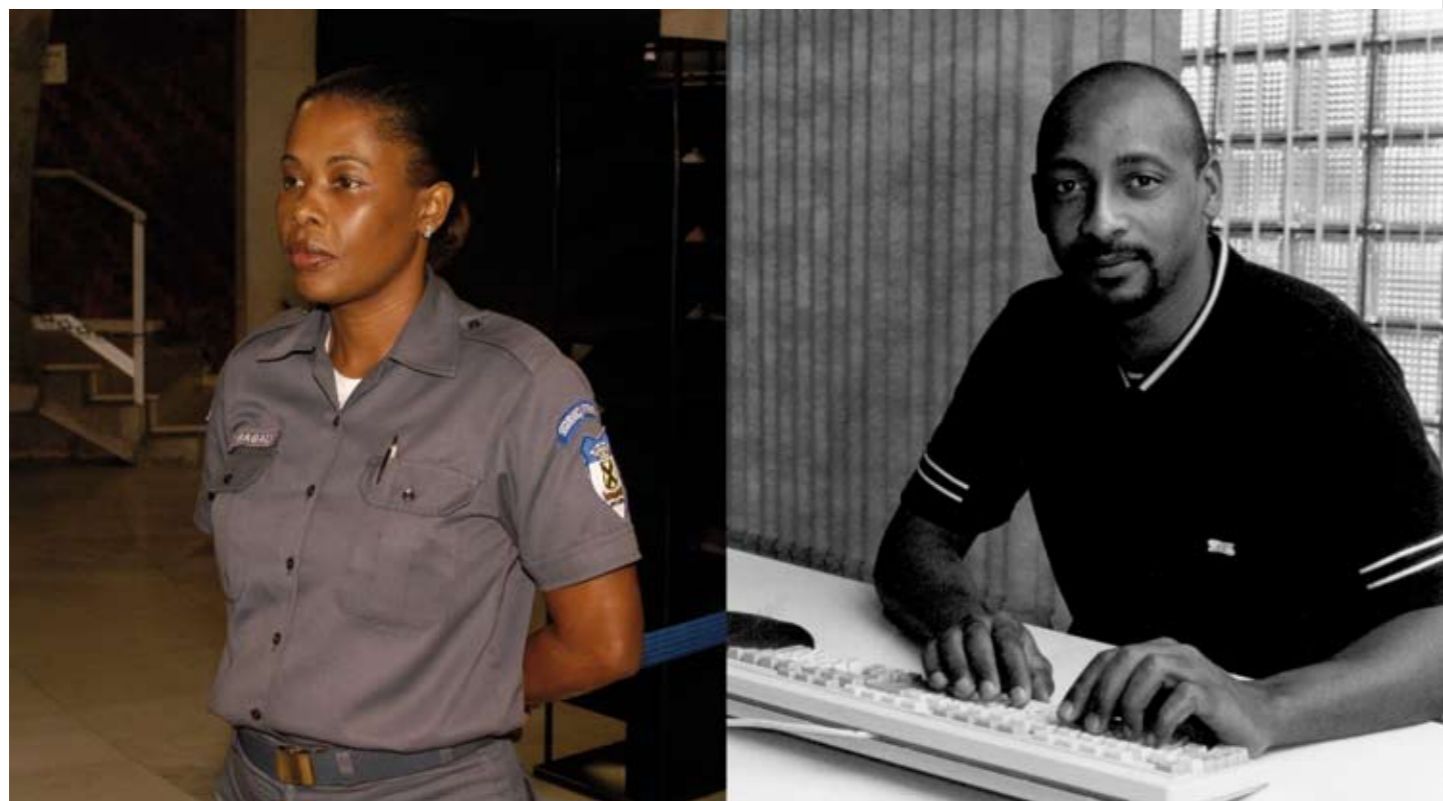


Reconhecimento social, Redistribuição econômica

A cientista política norte-americana Nancy Fraser e o filósofo alemão Axel Honneth são duas grandes referências na discussão dos conceitos de redistribuição econômica e reconhecimento social. Os conceitos dizem respeito às duas formas de combate a injustiças de ordem econômica e/ou cultural/simbólica a que certos grupos estão submetidos: 1) redistribuição de recursos econômicos a partir de bases mais igualitárias e 2) valorização e reconhecimento social de identidades/diferenças estigmatizadas como a condição feminina, racial e sexualidades desprezadas (gays, lésbicas, travestis e transexuais). Para saber mais, ver **A luta pelo reconhecimento**, de Axel Honneth, e **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”**, de Nancy Fraser.

século XIX. De um modo ou de outro, todas elas passavam pela temática da raça e influenciaram a elite intelectual e política da época. Intelectuais do porte de Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Roquete Pinto e Alberto Torres – além do já citado Silvio Romero – se debruçavam sobre a problemática, já que esse era um aspecto central da população nacional. Por ser o país que mais recebeu indivíduos de origem africana – que para cá vieram escravizados – as discussões e dinâmicas raciais se fizeram (e se fazem!) presentes nas discussões sobre o futuro do país. A década de 1930 foi um período bastante importante para o entendimento do Brasil contemporâneo. Naquele momento, os elementos que representavam nosso país estavam sendo repensados. Várias obras que entrariam como referências para o cânone de pensamento social brasileiro passavam – de maneira positiva ou negativa – pela discussão da questão racial. Exemplos são os livros

clássicos **Raízes do Brasil** (1936), do historiador Sérgio Buarque de Holanda, **Retrato do Brasil** (1928), de Paulo Prado, e **Formação do Brasil Contemporâneo** (1942), de Caio Prado Júnior. Entre as principais obras, a que teve mais impacto no debate sobre raça e racismo foi Casa-Grande e Senzala, do sociólogo **Gilberto Freyre (veja página 29)**. Durante muito tempo, o Brasil exportou para o mundo a imagem de harmonia racial, em que não haveria espaço para conflitos nesse campo. Exemplo disso é a afirmação de um autor como o sociólogo norte-americano Donald Pierson. Ao pesquisar as relações raciais em Salvador nos anos 1930, assinala que no Brasil ocorreria um “problema de classe” e não de “raças” – pensamento ainda bastante influente no chamado senso comum. Após a Segunda Guerra Mundial, a suposta experiência brasileira de tolerância racial – cristalizada nos conceitos de democracia racial



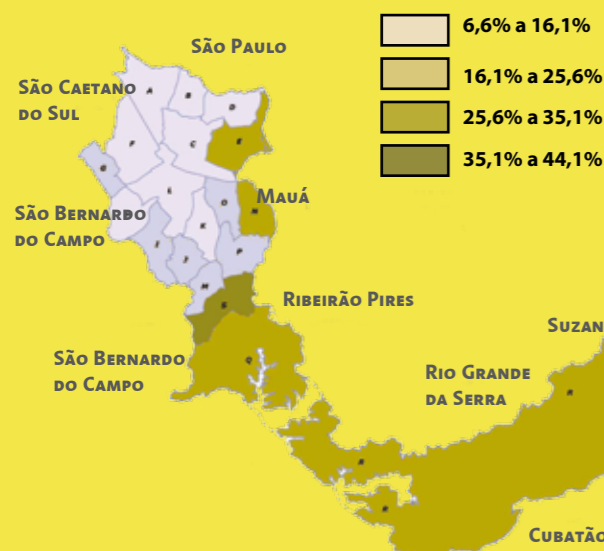
Encarte central

RAÇA E GÊNERO EM SANTO ANDRÉ

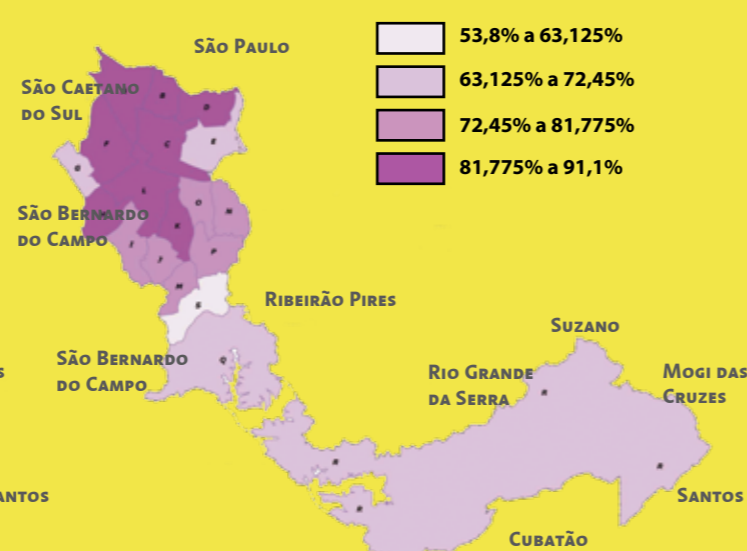
Este encarte traz alguns dados sobre a distribuição da população segundo a cor no município de Santo André, como mais uma contribuição ao diagnóstico das desigualdades raciais no Brasil.

Eles permitem a visualização dessa distribuição e comparações com resultados do Grande ABC, do Estado de São Paulo e do Brasil.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO NEGRA



DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO BRANCA



Quadro – Santo André: Regiões – Orçamento participativo

A	Bairro Santa Terezinha, Vila Metalúrgica e Vila Camilópolis.
B	Jardim das Maravilhas, Jardim Santo Antonio, Jardim Utinga, Vila Francisco Matarazzo e Vila Lucinda.
C	Bangu, Parque Jaçatuba, Parque das Nações, Vila Curuçá e Várzea do Tamanduateí.
D	Parque Oratório, Parque Novo Oratório, Jardim Ana Maria, Jardim Itapoan e Jardim Santo Alberto.
E	Parque João Ramalho, Jardim Alzira Franco, Jardim Rina, Parque Capuava e Parque Erasmo Assunção.
F	Bairro Campestre, Bairro Santa Maria, Vila Guiomar, Bairro Jardim e Vila Alpina.
G	Vila Palmares, Vila Aquilino, Vila Príncipe de Gales e Vila Caçadora Cabral.
H	Vila Floresta, Vila Valparaíso, Bairro Pinheirinho, Jardim Bom Pastor, Vila Scarpelli e Vila Gilda.
I	Bairro Paraíso, Jardim Jamaica, Jardim Oriental, Jardim Stella, Jardim Cristiane, Jardim Las Vegas e Jardim Milena.
J	Jardim Alvorada, Jardim do Estádio e Vila Linda.
K	Vila Marina Bairro Silveira, Vila Pires, Vila Helena, Vila Junqueira e Vila Vitória.
L	Bairro Casa Branca, Centro, Vila Alzira, Vila Assunção, Jardim Bela Vista, Vila Alice, e Vila Bastos.
M	Jardim Santa Cristina, Jardim Telles de Menezes, Jardim Guarará, Vila Luzita e Sítio dos Vianas.
N	Centreville, Jardim Marek, Parque Marajoara, Jardim Santo Antonio de Pádua, Parque Gerrassi e Cidade São Jorge.
O	Vila América, Vila Progresso, Vila Humaitá, Vila Guarani e Vila Homero Thon.
P	Vila Tibiriçá, Condomínio Maracanã, Vila Guaraciaba, Jardim Ipanema, Vila Lutécia e Vila Suíça
Q	Parque Pedroso, Jardim Riviera; Parque Miami; Recreio da Borda do Campo; Três Divisas; Waisberg I e Waisberg II
R	Acampamento Anchieta; Bairro Rio Grande; Cabeceiras do Aracauva; Cabeceiras do Rio Mogi; Campo Grande; Estância Rio Grande; Fazenda dos Tecos; Jardim Guaripocaba; Jardim Joaquim Eugenio de Lima; Parque América; Parque Estadual da Serra do Mar; Parque Represa Billings II; Parque Represa Billings III; Reserva Biológico Alto da Serra; Sítio Taquaral e Várzea do Rio Grande.
S	Jardim Irene, Jardim Santo André, Jardim Santo André, Jardim V. Rica, Vila João Ramalho e Bairro Cata Preta.

● No ano de 2000, 45% dos brasileiros declararam-se negros.

● No estado de São Paulo, 25% da população são de negros. No município de Santo André, o percentual de negros é de 20,3%.

● Entre 1991 e 2000, houve queda de dois pontos percentuais da população negra no Brasil. Inversamente, no estado de São Paulo e em Santo André a população de negros elevou-se em 2% no mesmo período.

● Em Santo André, 9,3% das mulheres não possuem instrução ou têm menos de 1 ano de estudo. Apenas 3,6% possuem mais de doze anos de estudo. Do total de mulheres brancas, Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000.

5,9% não possuem instrução ou têm menos de 1 ano de estudo. Cerca de 14% delas têm doze anos ou mais de estudo.

● A média da renda per capita entre as mulheres brancas que se declararam chefes de domicílio é mais do que o dobro das mulheres negras que chefiam domicílios no município de Santo André.

● 40% das mulheres negras que chefiam domicílios em Santo André recebem em média apenas um salário mínimo.

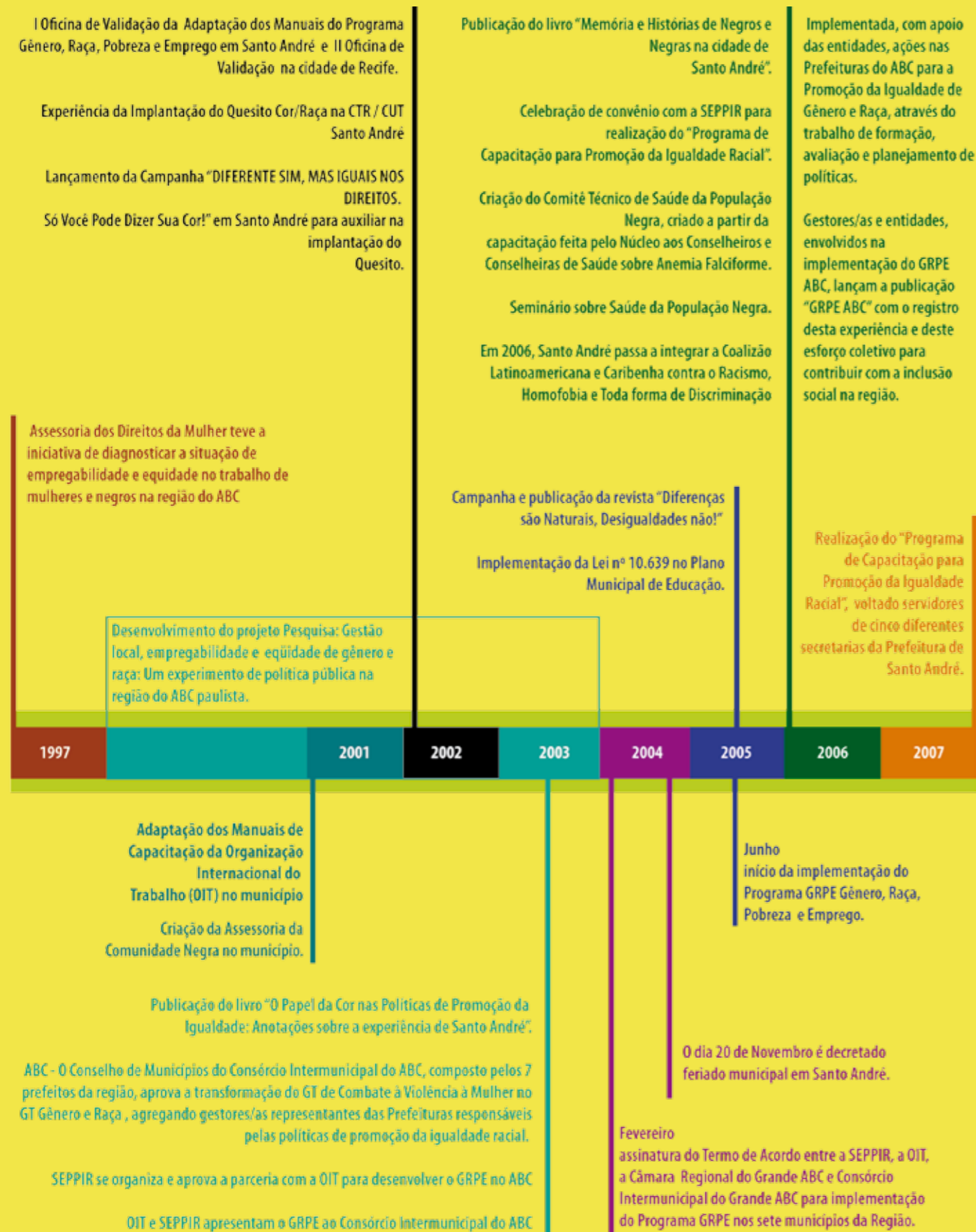
● Do total de trabalhadoras negras em Santo André, 18% declararam exercer trabalho doméstico sem carteira assinada. Do total de trabalhadoras brancas, apenas 7% estão nessa condição.

Distribuição da população segundo etnia/ cor - Brasil, Estado de São Paulo Região do Grande ABC e Santo André - Santo André - 2000

Cor / etnia	Brasil	%	Estado de São Paulo	%	Região Grande ABC	%	Santo André	%
Branca	91.298.043	53,7%	26.185.687	70,7%	1.650.570	70,1%	505.254	77,8%
Negra	75.872.428	44,7%	10.083.984	27,2%	655.886	27,9%	131.933	20,3%
Amarela	761.583	0,4%	456.420	1,2%	29.109	1,2%	7.620	1,2%
Indígena	734.127	0,4%	63.789	0,2%	3.790	0,2%	887	0,1%
Ignorado	1.206.675	0,7%	245.567	0,7%	15.367	0,7%	3.637	0,6%
Total	169.872.856	100%	37.035.456	100%	2.354.722	100%	649.331	100%

Elaboração: Depto de Indicadores Sociais e Econômicos - DISE/SOPP/PMSA
Fonte: Microdados da Amostra - Censo 2000 - IBGE

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO EM SANTO ANDRÉ: UMA CRONOLOGIA



Siglas

GRPE – Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Promoção do Emprego e Erradicação da Pobreza

GT – Grupo de Trabalho

OIT – Organização Internacional do Trabalho

CTR – Central de Trabalho e Renda

CUT – Central Única dos Trabalhadores

Florestan Fernandes



Florestan Fernandes (1920-1995) é considerado um dos mais importantes sociólogos brasileiros. Filho de uma empregada doméstica e órfão de pai, teve de trabalhar desde criança como engraxate para ajudar na renda familiar. Já adulto, trabalhou como garçom enquanto realizava seus estudos secundários. Ingressou na recém-criada Universidade de São Paulo (USP) nos anos 1930, onde fez o curso de Ciências Sociais. Veio a se tornar professor dessa instituição posteriormente, realizando pesquisas com o professor e sociólogo francês Roger Bastide (1898-1974) sobre a situação da população negra em São Paulo. Entre os resultados, estava a confirmação da existência do preconceito racial. Essa investigação sociológica foi incorporada ao projeto UNESCO. Nos anos 1960, escreveria uma obra que se tornaria clássica na área de relações raciais, intitulada **A integração do negro na sociedade de classes** (1965). Orientou pesquisas de alunos em grupo que ficou conhecido como Escola Paulista de Sociologia e incluiu intelectuais como Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Exilado durante a ditadura, voltou ao Brasil no final dos anos 1970, época em que ajudou na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT).

Bastide (1898-1974) sobre a situação da população negra em São Paulo. Entre os resultados, estava a confirmação da existência do preconceito racial. Essa investigação sociológica foi incorporada ao projeto UNESCO. Nos anos 1960, escreveria uma obra que se tornaria clássica na área de relações raciais, intitulada **A integração do negro na sociedade de classes** (1965). Orientou pesquisas de alunos em grupo que ficou conhecido como Escola Paulista de Sociologia e incluiu intelectuais como Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Exilado durante a ditadura, voltou ao Brasil no final dos anos 1970, época em que ajudou na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT).

Gilberto Freyre (1900-1987) foi um dos mais importantes intelectuais brasileiros de todos os tempos. Filho de um juiz, nasceu em Pernambuco em família oriunda da decadente aristocracia canavieira. Fez seus estudos de graduação e pós-graduação nos Estados Unidos nos anos 1910, quando entrou em contato com as idéias do pai da antropologia cultural, o alemão Franz Boas, que lecionava na mesma instituição que Freyre estudava, a Universidade de Columbia, em Nova York. Devido à influência de Boas, Freyre elaborou uma interpretação da formação do Brasil que deixava de lado os antigos determinismos raciais que condenavam o país e fazia uso da categoria "cultura" para entender o processo de formação da sociedade brasileira que, segundo sua análise, seria mestiça. A obra que marca essa

passagem é **Casa-Grande & Senzala** (1933), em que o autor evidenciava e positivava as contribuições culturais dos negros para a formação do país. Esse livro ainda continha uma perspectiva positiva e nostálgica das relações entre negros e brancos, apresentando o país como um exemplo de tolerância cristalizada no conceito de "democracia racial". Ou seja, a idéia de igualdade entre negros e brancos e de convivência pacífica entre ambos, ausente de conflitos, preconceitos ou discriminações.

Gilberto Freyre



e mestiçagem presentes na obra de Gilberto Freyre, chegou a ser apresentada como modelo para o mundo. Posteriormente, estudos acadêmicos e a ação dos movimentos negros demonstraram que a realidade brasileira era bastante distinta. A democracia racial foi denunciada como farsa, como algo que escondia a relação de dominação de brancos sobre negros. Teve papel fundamental nesse

Os brasileiros foram acusados de sofrer do que Fernandes chamou de “preconceito de ter preconceito”: embora o preconceito racial (ou sua variação nacional, o “preconceito de cor”) existisse, as pessoas sempre o enxergavam no outro e não o admitiam em si mesmas.

Atualmente, as concepções biologizadas e hierarquizadas de raça estão superadas. Não é possível sustentar o conceito



processo a obra do sociólogo **Florestan Fernandes**, a atuação dos movimentos negros e os estudos do projeto UNESCO, série de pesquisas financiadas pelo órgão sobre as relações raciais no Brasil.

do ponto de vista biológico. Contudo, há uma construção social e histórica da noção de raça e, nesse sentido, ela deve ser considerada na dinâmica das relações sociais, gerando aproximações, distanciamentos,

Apartheid

O Apartheid foi uma política de segregação racial estabelecida por governantes pertencentes a uma minoria branca sobre uma maioria negra na África do Sul entre 1948 e 1994. A população negra estava destituída de poder político e econômico e sua circulação no país era regulada por um sistema de passes que limitava o seu acesso a determinadas áreas em horários específicos. A maior parte dos negros morava em áreas deterioradas - as townships -, com pouca infra-estrutura e onde a repressão policial e violação dos direitos humanos era constante. O sistema teve fim na década de 1990, por conta da pressão da comunidade internacional e da forte resistência interna das comunidades negras, tendo como líderes o bispo Desmond Tutu e o ativista Nelson Mandela.

O movimento negro

Os movimentos negros existem no Brasil desde o início do século XX. As principais entidades foram a Frente Negra Brasileira (FNB) situada em São Paulo, mas com várias filiais ao redor do Brasil nos anos 1930, o Teatro Experimental do Negro (TEN) montado nos anos 1940 no Rio de Janeiro, Movimento Negro Unificado (MNU) surgido em São Paulo em fins dos anos 1970 e, por fim, as ongs negras e movimento de mulheres negras surgidas nos anos 1980 e que tomam força com a redemocratização do país e a ajuda financeira de instituições internacionais a partir dos anos 1990. Esse é um pequeno apanhado das entidades mais representativas, mas elas são milhares e multifacetadas tendo um papel crucial na denúncia do preconceito racial, desigualdades e conscientização da população negra no país.

desejos, desigualdades e as mais diversas atitudes entre os indivíduos.

Na perspectiva aqui adotada e explicitada, afirmar-se negro não diz respeito a expor uma essência biológica, mas na verdade assumir uma posição ou lugar político similar ao da mulher ou do homossexual. Em suma, do ponto de vista dos grupos que foram subalternizados na sua diferença e hoje atuam politicamente para corrigir as desigualdades (econômicas, políticas, de reconhecimento social) a que foram submetidos.

Quando o gênero faz diferença

Raciocínio similar ao da raça pode ser feito no que diz respeito à diferença de gênero. Sexo e gênero devem ser entendidos como conceitos distintos. Como nos mostra o antropólogo Júlio Simões, biologicamente a espécie humana está dividida em dois grupos que correspondem a dois sexos, masculino e feminino. Seguindo uma determinação genética, quem porta os cromossomos XX é biologicamente mulher e quem porta os cromossomos XY é biologicamente homem. O sexo biológico diz respeito aos corpos e suas diferenciações fisiológicas e capacidades reprodutivas.



Gênero, como nos ensina a antropóloga Mariza Correa, “pretende cobrir as relações construídas a partir de identificações e atribuições de masculinidade e feminilidade a todos os seres humanos” (CORREA, 2003, p. 50). Assim como a raça, o gênero não tem base biológica, mas é construído simbolicamente na relação entre os seres humanos através de atribuições do que seja masculino ou feminino e sem vínculo direto com o sexo biológico. Em outras palavras, nascemos biologicamente homem ou mulher, por conta de determinações genéticas. Porém,

Sobre Identidade

Identidade aqui não faz referência ao número de RG que você carrega na carteira, mas ao mesmo tempo é – assim como esse documento – definidor de quem somos. Identidade pode ser entendida como o nome que você dá a si mesmo e que habitualmente informa aos outros em suas ações. Não temos apenas uma identidade, mas várias e isso forma nossa singularidade. Em outras palavras, somos homens ou mulheres, negros ou brancos, heterossexuais, homossexuais ou bissexuais, de classe A, B, C, D ou E. Todas essas categorias são identidades que, quando combinadas, nos formam como pessoas únicas cuja unidade se expressa no nosso nome individual.

aprendemos, na socialização diária da família, escola e outros espaços quais são as atribuições que definem os gêneros masculino e/ou feminino. É por esse motivo que é possível falar em performance de gênero, independente do sexo biológico do indivíduo, algo que corresponderia a se ver e ser visto(a) como homem ou mulher em determinado contexto. De outro lado, quando, por exemplo, ativistas feministas se afirmam como mulheres inseridas num contexto de desigualdade de gênero elas politizam e, em alguma medida, “congelam” essa categoria em função de sua atuação na correção de injustiças sofridas pela mulher em sociedades patriarcais.

Desigualdade, preconceito, estereótipo, discriminação e... Eqüidade!

Outros termos que podem ser encontrados nas discussões sobre a problemática étnico-racial e de gênero são desigualdade, equidade, preconceito, discriminação e estereótipo. Quando falamos de desigualdade, estamos falando de processos de distribuição de bens e recursos escassos na sociedade. Em relação a este aspecto, as causas das desigualdades se relacionam com diferenças de desempenho e aquisição de recursos que geram diferenças nas recompensas. Por exemplo, as diferenças de rendimento e acesso a postos de chefia entre homens e mulheres na sociedade brasileira já não podem mais ser atribuída a diferenças de aquisição de recursos, pois

as mulheres já são mais escolarizadas que os homens. Nessa dimensão, saímos da noção mais abstrata de “desigualdade social” para a nomeação dos tipos de desigualdade racial ou de gênero.

A maneira como a desigualdade de raça ou gênero se reproduz está apoiada em ações pautadas pelo preconceito. Em outras palavras, a qualificação negativa ou positiva do indivíduo pertencente a essas coletividades amparada por generalizações pré-concebidas. O preconceito está localizado no pensamento, mas toma forma cotidiana entre as pessoas por meio do estereótipo, que pode ser entendido como uma personificação de valores ou traços de comportamento definidores de um grupo, em geral pejorativos. Um exemplo disso são as piadas, que tem sua eficácia baseada em estereótipos como “portugueses são burros”, “negros são emotivos”, “mulheres dirigem mal”, “asiáticos são inteligentes, disciplinados e metódicos”, “judeus são pão-duros” etc. A discriminação, por sua vez, pode ser entendida como o momento em que o preconceito e o estereótipo conduzem a ação de um indivíduo “A” no cerceamento de direitos ou no tratamento desigual de um indivíduo “B”. A base para esse tratamento desigual está nas idéias preconceituosas e estereotipadas da diferença racial, de gênero ou de orientação sexual de “B”. A discriminação pode ser ativa ou passiva. Quando uma professora não sabe como resolver conflitos e se omite diante de discriminações ocorridas em sala de aula, ela está discriminando, ainda que de forma passiva. O mesmo pode-se dizer a respeito de um chefe omissivo que se cala diante de uma discriminação sofrida por seu subordinado.



Por fim, a noção de eqüidade diz respeito a uma forma de aplicar o direito, buscando o mais próximo possível do justo e do razoável. Um exemplo simples: um bolo foi dividido em quatro partes para duas pessoas na hora do jantar. Suponhamos que um dos indivíduos durante aquele dia tomou café da manhã, almoçou e fez um lanche ao final da tarde, enquanto que o outro não comeu absolutamente nada durante o dia todo. Se permitimos que a pessoa que não comeu o dia todo coma três partes do bolo e aquela que se alimentou coma apenas uma, estaremos aplicando a equidade. Assim, construímos uma noção ideal do que é justo e a aplicamos em cada caso específico. Significa tratar os desiguais de forma desigual num determinado momento, a fim de corrigir distorções causadas por injustiças. ■

Saúde da População Negra: uma agenda política

Sobre o quesito cor

Com muita frequência, os órgãos de imprensa são sacudidos por polêmicas envolvendo a maneira como as pessoas são classificadas racialmente no Brasil. Isso sinaliza, por um lado, a importância que as questões étnico-raciais têm na vida cotidiana dos brasileiros; por outro, indica como são complexas e dinâmicas as relações raciais em nosso país.

Uma das últimas polêmicas deu-se em torno da cor do jogador de futebol da seleção brasileira, Ronaldo “Fenômeno”. Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, Ronaldo, ao comentar os sucessivos atos de racismo contra jogadores negros no futebol europeu, declarou: “Todos os negros sofrem [com o racismo]. Eu, que sou branco, sofro com tamanha ignorância”. Essa declaração rendeu semanas de intensos

debates em torno, principalmente, da suposta “flexibilidade” do sistema de classificação racial brasileiro. Em outras palavras, tratava-se de saber como era possível que o filho da Dona Sonia, uma senhora visivelmente parda, e do senhor Nélio, declaradamente negro, pudesse ser branco. Dias depois, Ronaldo voltou à imprensa para dizer que havia ocorrido um mal-entendido e que, na verdade, ele se considerava negro.

Ao recuperar esse episódio, o objetivo não é bater o martelo sobre qual seria, de fato, a identidade racial de Ronaldo, mas sim chamar atenção para a peculiaridade do sistema de classificação racial brasileiro.

Em outros contextos sociais, como no caso dos Estados Unidos, a declaração do jogador suscitaria menos controvérsias. Como já vimos, naquele país uma pessoa cujos pais ou mesmo os avós têm descendência negra é, indubitavelmente,

considerada negra. Desse modo, é possível dizer que nos Estados Unidos o critério predominante de pertença racial é a descendência ou origem. No Brasil, por sua vez, o principal marcador de pertença racial é a aparência. Entre nós, ainda que a cor apareça como principal critério de determinação do grupo racial, ele não é o único, haja vista que outras características físicas como formato do nariz, espessura dos lábios, textura do cabelo, assim como a condição social (no Brasil, é comum o ditado de que o dinheiro ‘embranquece’) servem, igualmente, de traços distintivos que situam os indivíduos no gradiente de cor que vai do negro retinto ao branco de descendência européia. Desse modo, no caso de Ronaldo, a confusão advém do fato de, por um lado, o jogador ter uma tonalidade de pele relativamente clara e ser um dos atletas mais bem pagos do mundo, o que lhe permitiria “torna-se” branco; por outro lado, alguns dos seus traços físicos “lembram” de forma inequívoca sua ascendência afro-brasileira. O exemplo mostra como os sistemas de classificação racial, assim como a própria idéia de raça, são socialmente construídos. Logo, ambos funcionarão de maneira distinta segundo os diversos contextos históricos e culturais.

Das cores

Uma das características marcantes das relações raciais no Brasil é o variado espectro de cor que as pessoas utilizam no dia a dia para classificar umas às outras. Para se ter uma medida dessa variedade, no ano de 1976 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão responsável pela realização do Censo Demográfico, realizou uma pesquisa para testar a consistência analítica das categorias raciais

utilizadas oficialmente. Para isso, perguntou-se à população “Qual é a sua cor?”. O resultado, à primeira vista, foi est arrecedor: encontrou-se nada menos do que 136 termos para definir a cor de uma pessoa: branquinha, bem branca, bem morena, jambo, mulata, negrota, pouco-morena, rosada... e a mais comum de todas as classificações, a morena. Essa profusão de cores indica o quanto nós, brasileiros, somos atentos aos traços físicos racialmente informados. Para fazer face a essa miríade de cores e ao mesmo tempo apreender analiticamente o funcionamento do sistema de classificação racial e seus efeitos sociais, o IBGE estabeleceu cinco categorias de raça/cor para classificar a população brasileira: preto, branco, pardo, amarelo, indígena. Dentre essas categorias, o pardo é a que tem causado as maiores controvérsias. Essa categoria tem como objetivo classificar indivíduos cujos antecedentes têm origens tanto negras quanto brancas, ou seja, as populações mestiças. Entretanto, os indivíduos que podem ser considerados mestiços identificam-se mais facilmente com a categoria moreno do que com a categoria pardo. Logo, porque o IBGE não adota moreno no lugar de pardo?

O principal motivo é que no Brasil todo mundo pode ser moreno. Essa categoria traz problemas analíticos, posto que moreno serve para classificar indivíduos mestiços, pessoas brancas com cabelos escuros e outros. É comum também, no Brasil, a prática preconceituosa de referir-se a uma pessoa negra como morena, com a justificativa de que explicitar a verdadeira pertença racial – a negra – pode ser considerado ofensa ou falta de decoro. Dessa forma, apesar de sua falta de apelo popular, o pardo permanece como uma das categorias

o pardo permanece como uma das categorias oficiais de classificação racial utilizadas no país. A despeito dessas controvérsias, diversos estudos (HASENBALG, 1979; OLIVEIRA ET AL, 1981; HASENBALG E SILVA, 1992; HENRIQUES, 2001) apontam que o desempenho socioeconômico de pretos e pardos são bastante parecidos e, ao mesmo tempo, muito distantes da situação vivenciada pela população branca, o que sugere que tanto os pretos quanto os pardos sofrem o efeito do racismo no Brasil. Além disso, a partir de meados da

sua cor. Segundo PIZA E BENTO (2003), “há uma ‘verdade’ tácita sobre a cor entre os brancos. Não haveria necessidade de se inquirir sobre o que é ‘evidente’”. Os negros, por sua vez, submetidos a um processo de estigmatização e preconceito em relação a seus traços físicos e culturais, muitas vezes hesitam em se auto-classificarem como preto ou pardo. Por isso mesmo, a implementação do quesito cor deve vir acompanhada de campanhas públicas que preparem tanto os coletores da informação quanto a população sobre

Ser negro significa um sentimento de pertença a um grupo social, independente de sua aparência

década de 70, o Movimento Negro brasileiro passou a reivindicar o reconhecimento da categoria política negro, considerando-a como o conjunto da população preta e parda. Assim, ser negro significa um sentimento de pertença a um grupo social, independente de sua aparência fenotípica.

Entretanto, não podemos desconsiderar os embaraços e as instabilidades que a situação de coleta do quesito cor suscita tanto para os coletores como para os declarantes, principalmente quando se oferece um número reduzido de possibilidades de resposta. Muitas vezes, pessoas de cor branca consideram evidente o fato de serem brancas e descabido o fato do coletor não ter notado de pronto a

a importância dessa informação. Isso pode conferir maior eficiência às políticas públicas que visem a construir uma sociedade efetivamente democrática e igualitária.

Sem desconsiderar as subjetividades que permeiam a maneira como as pessoas lidam com a cor na vida cotidiana, há um elemento objetivo na dinâmica das relações raciais brasileiras que é digno de nota e de política pública: a situação de desigualdade social na qual ainda se encontra a maior parte da população negra no país. Mecanismos racistas de acesso e seleção a bens e serviços fazem com que, em comparação com a população branca, a população negra tenha menos anos de estudo, ocupe postos de trabalho mais precários

e com menores salários, componha a maioria dos moradores de favelas, enfim, que acumule uma série de desvantagens de partida em relação a outros grupos. Para Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva, “A vasta mobilidade social propiciada pelo crescimento econômico desde os anos 1940 deixou de afetar a população não-branca, que continua concentrada nos estratos socioeconômicos inferiores. A cor das pessoas é um determinante importante das

públicas e privadas, a ausência do quesito cor confere neutralidade aos dados coletados, como se todos os brasileiros, brancos e negros, experimentassem a educação, a saúde, o trabalho, os salários, a natalidade, a mortalidade e os direitos de cidadania da mesma forma. Já quando a cor é desagregada e estudada, podemos facilmente verificar quão diferentes são as trajetórias de cada grupo social” (PIZA E BENTO, 2003, p.64).



chances de vida, e a discriminação racial parece estar presente em todas as fases do ciclo de vida individual” (HASENBALG E SILVA, 1992, p.113). Vale lembrar que em uma sociedade complexa como a brasileira, esses grandes processos sociais só são apreendidos por meio de informações que levem em conta o conjunto da população. Assim sendo, para superar a desigualdade que acomete a população negra, um primeiro passo é a produção de informações sobre o quesito cor por parte das instituições públicas. Nas palavras de Edith Piza e Maria Aparecida Bento, “Nos recenseamentos e cadastros de instituições

A saúde da população negra

Na perspectiva dos direitos humanos, a saúde é reconhecida como conjunto de condições integrais e coletivas de existência, influenciadas pelos contextos político, cultural, socioeconômico e ambiental. Nesse sentido, é impossível deixar de considerar o avanço inegável da instituição da saúde como direito de todos(as) e dever do Estado (artigo 196 da Constituição Federal).

Entretanto, como ocorre em outros campos, a garantia legal de acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde não tem

assegurado à população negra o mesmo nível, qualidade de atenção e perfil de saúde da população branca.

O Movimento Negro há tempos vem reivindicando que o poder público, ao formular suas políticas, dê a devida atenção à diversidade populacional de nosso país. Ao subestimar as necessidades de grupos populacionais específicos, e em especial o das mulheres negras, o Estado não só deixa de garantir

com as perguntas: Quantos somos? Onde estamos? Quais são as nossas condições de vida? Quais são os males que provocam as doenças e mortes da população negra no Brasil?

Diante dessas demandas, uma das primeiras iniciativas governamentais ocorreu em meados dos anos 1990, em resposta à Marcha Zumbi dos Palmares, cujas reivindicações resultaram na criação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra. Cabe



a universalidade do direito à saúde, como contribui para agravar o quadro das condições de saúde e bem-estar dessas pessoas. Esse é o motivo pelo qual os movimentos sociais, institutos de pesquisas e entidades da sociedade civil, atentos à condição do negro no Brasil, interpelam persistentemente o poder público

destacar, nesse período, a introdução do quesito raça/cor nos sistemas de informação de mortalidade e de nascidos vivos; a elaboração da Resolução nº. 196/96, que introduz, entre outros, o recorte racial em toda e qualquer pesquisa envolvendo seres humanos e a primeira iniciativa oficial do Ministério da Saúde

na definição de uma área específica para a saúde da população negra.

Outro momento decisivo na luta do Movimento Negro foi o estabelecimento pelo governo federal de uma Política Nacional de Promoção a Igualdade Racial (Decreto nº 48.886 de 20/11/2003). O desdobramento dessa lei na área da saúde foi, por meio de compromissos firmados entre o Ministério da Saúde e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a institucionalização de uma Política de Saúde da População Negra que implicou de imediato a inserção do recorte racial no Plano Nacional de Saúde (PNS).

Em 2004, realizou-se o primeiro Seminário Nacional de Saúde da População. Na ocasião, o Ministério da Saúde, a SEPPIR, a Organização Pan-Americana da Saúde e o Conselho Nacional de Saúde assinaram um termo de compromisso estabelecendo as premissas para orientar o Plano Nacional de Saúde, a fim de garantir a inclusão social e a redução dos diferentes graus de vulnerabilidade a que está exposta a população negra, como segue.

Produção de conhecimento científico

– organização do saber disponível e da produção de conhecimentos novos, de modo a responder a dúvidas persistentes e dar consequência à tomada de decisões no campo da saúde da população negra;

Capacitação dos profissionais de saúde

– promoção de mudanças de atitudes dos profissionais da área de saúde, por meio da educação permanente, com ações adequadas para operar nos cenários da diversidade da sociedade brasileira e das peculiaridades do processo saúde/doença da população negra;

Informação da população – disseminação de informações e conhecimentos sobre potencialidades e suscetibilidades em termos de saúde, de modo a capacitar os afro descendentes a conhecer seus riscos de adoecer e morrer e fortalecer sua autonomia e a prevenção da doenças, e

Atenção à saúde – inclusão de práticas de promoção e educação em saúde da população negra nas rotinas de atenção à saúde e garantir acessibilidade em todos os níveis do sistema.

(Fonte: Termo de Compromisso do Seminário Nacional de Saúde da População Negra, 18 de agosto de 2004, apud Batista e Kalckmann, 2005, p.188)

Políticas de Saúde para a População Negra e Produção de Informação: a importância do quesito cor

A inserção da saúde da população negra no Plano Nacional de Saúde requer, para a sua efetivação, o estabelecimento de estratégias que envolvam os gestores e servidores da saúde dos estados e municípios. Dentre as estratégias, destaca-se a implementação do quesito cor, pois, essa é a ferramenta básica para:

(I) formular políticas e definir protocolos básicos de ação, (II) produzir e divulgar pesquisas, experiências e práticas bem sucedidas que reconheçam as desigualdade raciais em saúde e, evidentemente, (III) produzir diagnósticos mais precisos sobre as condições de vida da população negra.

Em que pese a inexistência de uma política de pesquisa e de informação para conhecimento, avaliação e monitoramento das especificidades

avaliação e monitoramento das especificidades em saúde da população negra, nos últimos anos, vários estudos sobre realidades locais ou regionais, ou baseados em dados secundários, vêm sinalizando a persistência das iniquidades na situação de saúde dessa população. Alguns exemplos significativos, sintetizado por Lopes (2004), servem para fundamentar a necessidade de uma vigorosa política de atenção à saúde para a população negra:

A pesquisadora Estela Cunha (Jornal da Rede, RedeSaúde, março 2001) apontou que, entre 1980 e 2000, a diferença relativa entre os níveis de mortalidade infantil de negros e brancos menores de um ano passou de 21% para 40%, praticamente dobrando a disparidade;

Em 2000, a taxa de mortalidade das mulheres pretas de 10 a 49 anos, por complicações da gravidez, parto e puerpério foi 2,9 vezes maior que a apresentada pelas mulheres brancas. Estudo de Alaerte Martins (Jornal da Rede, Rede Saúde, março 2001) mostrou que, no estado do Paraná, o risco relativo de morte materna é 7,4 vezes maior para as pretas. É urgente que se façam pesquisas similares nos demais estados;
Mulheres negras têm menos chances de passar por consultas

ginecológicas completas, consultas de pré-natal e fazer exames ginecológicos no período pós-parto. Pesquisa da Fiocruz e da Prefeitura do Rio de Janeiro evidenciou que, naquele município, 5,1% das gestantes brancas atendidas em maternidades públicas no período de 1999-2001 não receberam anestesia no parto normal; para as mulheres negras, isso ocorreu em 11,1% dos casos. Enquanto 30% das gestantes brancas não foram informadas sobre os sinais de parto, entre as negras essa percentagem foi de 37,5%;

Pesquisa de Doutorado de Maria Inês Barbosa (USP, 1998) verificou que 69,5% dos óbitos dos homens negros ocorrem até 54 anos, contra 45,1% dos homens brancos da mesma faixa etária;

Em 2000, a taxa de mortalidade dos homens pretos de 10 a 64 anos por causas externas foi duas vezes maior que a apresentada para os homens brancos, conforme apontou pesquisa de doutorado de Luis Eduardo Batista (UNESP, 2002).

É importante destacar que a maioria das dificuldades relacionadas à saúde da população negra não são resultantes de suas características genéticas, mas de suas condições

“Que este não seja o último, mas sim o primeiro de outros cursos e debates sobre o assunto.”

(Elaine Marcos Lima, participante)

“Uma das características marcantes das relações raciais no Brasil é o variado espectro de cor que as pessoas utilizam no dia a dia para classificar umas às outras.”



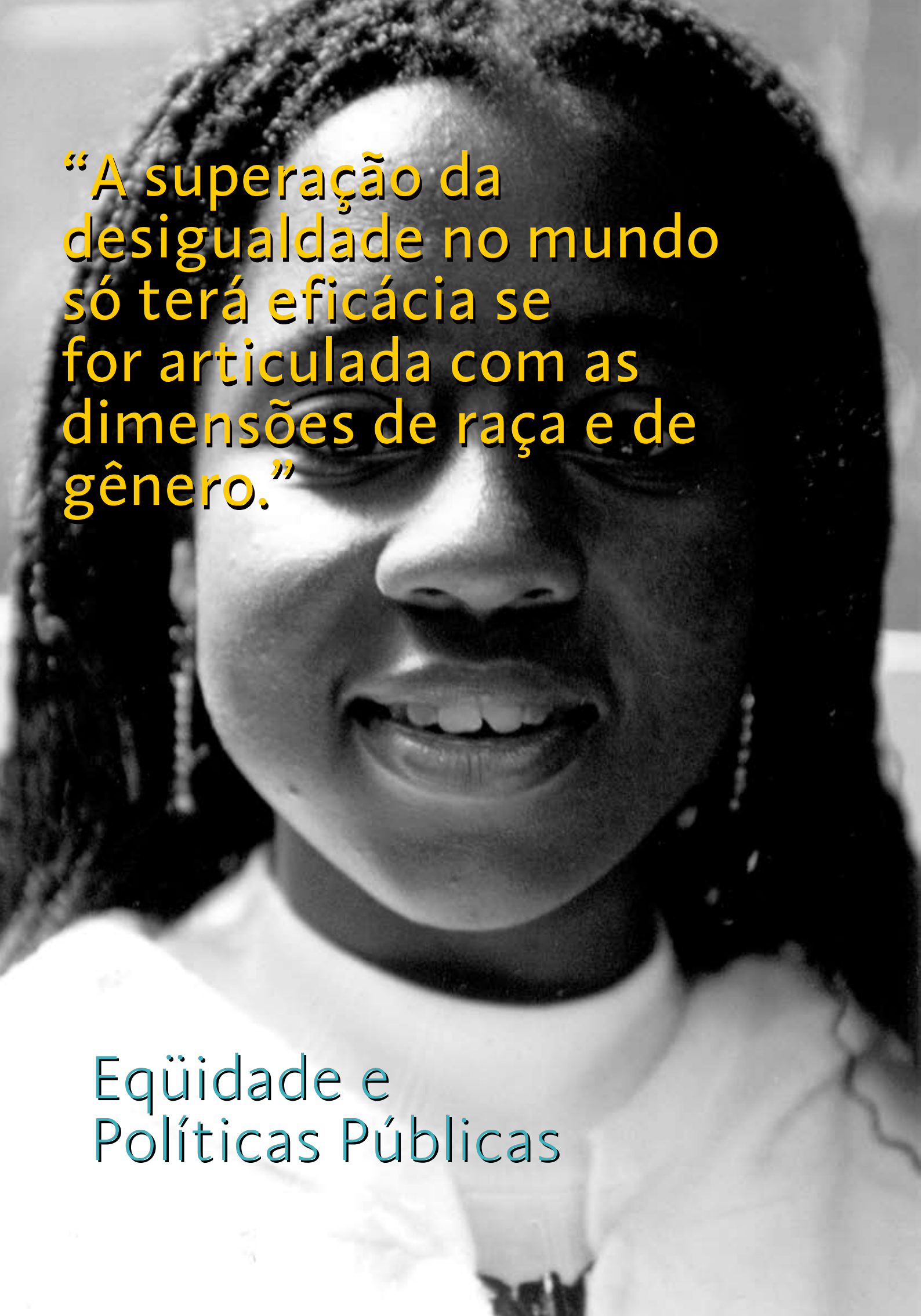
O Movimento Negro há tempos vem reivindicando que o poder público, ao formular suas políticas, dê a devida atenção à diversidade populacional de nosso país.

sócio-econômicas e educacionais e das desigualdades históricas relacionadas à pobreza e imputadas pelo racismo. Por isso, as ações que terão maior impacto sobre a saúde da população negra são aquelas que visam a melhorar as condições sociais e de saúde, reduzindo as doenças ou as condições ligadas a esse estado, facilitando o acesso aos serviços de saúde, melhorando esses serviços e prestando assistência que acolha e respeite a diversidade. (BARBOSA E FERNANDES, 2005) No projeto Promoção da Igualdade de Gênero e Raça nas Políticas Públicas, da Prefeitura Municipal de Santo André, as atividades com os servidores públicos da área de saúde foram realizadas em dois momentos:

Num primeiro momento, partindo do suposto de que a maneira como os indivíduos são recebidos nas unidades de saúde influencia de maneira decisiva a continuidade do atendimento, e de que os atendentes são, na maior partes das vezes, os responsáveis por preencher os formulários contendo informações sobre as características sociais dos pacientes, organizou-se uma formação para esse grupo para enfatizar o lugar estratégico que eles ocupam na promoção da equidade no Sistema Único de Saúde.

Num segundo momento, promoveram-se seminários com médicos de variadas especialidades (ginecologia, pediatria, clínica geral), em que foi possível apresentar e debater, não sem divergências e controvérsias, as principais reivindicações contidas na Política de Saúde da População Negra e seus ordenamentos jurídicos.

Um primeiro grande passo de uma longa e necessária caminhada. ■



“A superação da desigualdade no mundo só terá eficácia se for articulada com as dimensões de raça e de gênero.”

Eqüidade e Políticas Públicas

“São tão óbvios os avanços que estamos fazendo como Nação e tão claros os desafios que nos esperam, que mesmo vindo de diferentes origens, mesmo representando [grupos diferentes], mesmo interpretando de forma diferente as aspirações (...), só podemos reconhecer que para que cada um vença todos têm de vencer. Somos um povo com um só destino.”

Nelson Mandela

O curso Eqüidade e Políticas Públicas procurou oferecer ferramentas para que gestores(as) públicos(as) de Santo André combatam o racismo e o sexismo, apontar possibilidades para a elaboração de projetos que visem a superação das assimetrias sociais marcadas pelas dimensões racial e de gênero e suscitar o debate a respeito do papel das políticas públicas no enfrentamento dessas desigualdades. Esses objetivos foram traçados a partir de um dado insofismável: a pobreza que atinge segmentos expressivos da população tem maior incidência sobre sujeitos historicamente discriminados (entre eles, negros e mulheres). O curso institui-se, assim, na esteira de políticas e estratégias pactuadas em fóruns e organizações nacionais e internacionais e que vêm demonstrando que a superação da desigualdade no mundo só terá eficácia se for articulada com as dimensões de raça e de gênero – eixos extremos de diferenciação negativa. Apesar dos que teimam em afirmar que o Brasil não é racista, o país vivencia uma atmosfera política em que a inclusão de políticas com foco na população negra tornou-se uma urgência política e um imperativo ético. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU vem mostrando sistematicamente que a pobreza

é estruturada pelos tópicos racial e de gênero e que, portanto, as políticas públicas deverão incorporá-los caso almejem efetivamente transformar o jogo social vigente.

Convenções e Conferências: desafios para as políticas públicas

Desse modo, um dos primeiros pontos de discussão foram as Conferências Internacionais e as implicações que elas tiveram nas mudanças sócio-raciais dos países signatários. A Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação (ICERD) de 1967 foi um marco importante que assinalou a persistência das desigualdades e as suas implicações negativas sobre segmentos vulneráveis. A Conferência Mundial contra o Racismo, a Homofobia, a Xenofobia e as Formas de Intolerância Correlatas (2001) constituiu-se como um ponto de inflexão importante, pois fez com que os países dela participantes incorporassem em suas políticas o combate efetivo ao racismo, ao sexismo e congêneres. O Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2004) – instância que criou novos mecanismos de avaliação de progressos e desafios a serem enfrentados no combate ao racismo e à discriminação racial e de gênero no âmbito governamental brasileiro – é resultado da Conferência de 2001.

O caminho percorrido a partir desse marco referencial passou pela apresentação dos diagnósticos alarmantes sobre as desigualdades (entre brancos e negros, homens e mulheres), o racismo no mundo, as particularidades do racismo à brasileira, a debilidade das políticas universalistas para incidir sobre as disparidades entre os municípios, a necessidade de políticas

universalistas para incidir sobre as disparidades entre os municípios, a necessidade de políticas focalistas, até chegar aos avanços legislativos e constitucionais que foram logrados para a proteção de sujeitos historicamente discriminados.

Sublinhou-se o reconhecimento de que a inclusão dos temas de combate ao racismo, de promoção e proteção dos direitos humanos e da igualdade racial nas estruturas de governo demonstra o crescente consenso em torno da vinculação entre a democracia participativa e inclusiva e a luta contra o racismo e a discriminação no fortalecimento da governabilidade democrática e na prevenção de conflitos.

Apesar dos avanços no âmbito legislativo, a execução de políticas públicas que levem

Xenofobia e Intolerância Correlatas:

Constatamos que o racismo e a discriminação racial permanecem evidentes nas áreas da saúde, da educação, da moradia, do trabalho e da administração da justiça nos países americanos. Recomendamos aos Estados Americanos que adotem programas de formação e direitos humanos com um enfoque anti-racista e antidiscriminatório para servidores (...). No desenho de programas de capacitação, devem ser levados em consideração os efeitos perniciosos da discriminação nos espaços públicos, particularmente na aplicação da lei (...). [Conferência Regional das Américas, julho de 2006].

Os fatores que ocasionam a pobreza vivida por negros e mulheres são estruturais e a discriminação manifesta-se na desigualdade de oportunidades e nas desvantagens experimentadas no acesso a serviços básicos, educação, mercado de trabalho, créditos e tecnologias.

Como pensar na universalidade dos serviços públicos a partir dessas particularidades? Quais as estratégias que o(a) gestor(a) público deve adotar frente a essa realidade? Quais recursos ele poderá utilizar para promover a igualdade de oportunidades? De que modo pode manter o intercâmbio com a sociedade civil? Como a cidade de Santo André vem formulando e executando políticas para a efetiva inclusão de todos(as)? Qual a cartografia da exclusão na cidade?

contra o Racismo, para reverter o racismo, políticas focalistas devem ser implantadas junto com políticas universalistas. As políticas de ação afirmativa não são apenas recomendáveis, mas necessárias. A articulação dessas duas políticas ainda é algo difícil para muitos gestores(as) públicos, posto que tendencialmente crêem que políticas focalistas ferem o princípio de servir a todos(as). Os argumentos contrários apóiam-se na Constituição Federal brasileira, que declara que todos os cidadãos são iguais perante a lei. A esse respeito, foi esclarecido que o princípio da universalidade se refere aos objetivos finais das políticas públicas, o que não significa dizer que os meios para atingi-los devam ser necessariamente iguais para todos. ■



em conta os fundamentos racial e de gênero ainda é uma realidade distante no cotidiano do serviço público. A promoção do curso procurou diminuir esse fosso. De acordo com um dos tópicos conclusivos da Conferência Regional das Américas sobre os avanços e desafios do Plano de Ação contra o Racismo, Discriminação Racial,

Esse trecho do Relatório traduz o caráter do curso e o empenho das duas organizações envolvidas. Pensar a coisa pública, o espaço social, a cidade, é pensar que a pobreza, a marginalidade, a exclusão social, um dos principais desafios do gestor público, estão diretamente vinculadas ao racismo, à discriminação racial e de gênero.

Políticas universalistas X Políticas Focalistas

Tais questionamentos trouxeram à tona outro debate importante: a aparente contraposição entre políticas universalistas e políticas focalistas. Segundo as diretrizes da Conferência Mundial

“Entre as coisas novas que aprendi está a importância das políticas focalistas e das ações afirmativas.”
(Isabel Cristina Bueno da Silva, participante)

FILMOGRAFIA

Isso, aquilo e aquilo outro. (Brasil, 2005).

Direção: Miriam Chnaiderman.

Retrata a questão da diferença por meio de suas múltiplas manifestações, com enfoque na diferença “racial”.

Promovendo a equidade na atenção à saúde

(Brasil, 2004). Programa de Combate ao Racismo Institucional.

Vídeo institucional sobre atendimento de saúde a diferentes grupos.

Quesito Cor (Brasil, 2004). Programa de

Combate ao Racismo Institucional.

Vídeo institucional sobre a aferição do quesito cor.

Marcha Zumbi dos Palmares contra o

racismo, pela cidadania e a vida (1695-1995).

(Brasil, 1995) Direção e roteiro: Edna Cristina.

Depoimentos, imagens e reportagens sobre o movimento negro pós 1970 no Brasil e sobre a marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida (1695-1995), ocorrida em Brasília, no dia 20 de novembro de 1995, em comemoração aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares.

A negação do Brasil. (Brasil, 2001) Direção: Joel Zito de Araújo.

Viagem pela história da telenovela no Brasil.

Analisa o papel nelas atribuído aos atores negros, que sempre representam personagens estereotipados e negativos. Baseado em suas memórias e em pesquisas, o diretor aponta a influência das telenovelas nos processos de identidade étnica dos afro-brasileiros e faz manifesto pela incorporação positiva do negro nas imagens de TV no país.

Rompendo o silêncio – desconstruindo racismo e violência na escola. (Brasil, 2003). Coordenação geral: Elza Berquó.

Documentário que trata da discriminação racial no cotidiano escolar, tendo como protagonista Conceição, uma professora branca que se reeduca para aprender a lidar com as relações raciais assimétricas entre brancos e negros na escola.

Atlântico Negro - A Rota dos Orixás (Brasil, 1998). Direção: Renato Barbieri.

Filmado no Maranhão, na Bahia e em Benim.

Sobre as afinidades culturais e históricas existentes entre Brasil e África, no campo das religiões dos voduns e dos orixás. Na Rota dos Orixás apresenta a grande influência africana na religiosidade brasileira, Renato Barbieri mostra a origem de as raízes da cultura jêje-nagô em terreiros de Salvador, que virou candomblé, e do Maranhão, onde a mesma influência gerou o Tambor de Minas.

Preto e Branco. (Brasil, 2004). Direção: Carlos Nader.

Documentário sobre relações raciais entre cidadãos comuns da cidade de São Paulo. De estrutura episódica, o filme contém quatro curtas sobre uma história de 500 anos. E apresenta uma questão pouco discutida nas telas. Por um lado, o modelo racial brasileiro tem sido historicamente considerado uma solução original para eterna intolerância étnica no planeta. Por outro lado, é também considerado uma farsa que visa esconder o abismo social entre brancos e não-brancos.

Família Alcântara (Brasil, 2004). Direção: Daniel Santiago e Lílian Santiago.

Documentário que conta a epopéia cultural da Família Alcântara, integrante de uma tribo angolana, os wasili, que viviam em terras próximas de Luanda, atual capital de Angola há 240 anos atrás. O filme pretende relatar o início da família no Brasil, escravizada nas lavouras de cana-de-açúcar, e o processo de retomada de suas origens e identidade ao se preservarem ao longo de séculos como grupo e a cultivarem sua cultura, que expressam por meio da música, teatro e festas religiosas.

Preto Contra Branco (Brasil, 2004). Direção:

Vagner Morales. Co-produção: Wagner Perez Morales Júnior/ Pólo de Imagem/ Fundação Padre Anchieta-TV Cultura.

Documentário sobre a questão racial no Brasil a partir de um jogo de futebol de várzea que se realiza há 30 anos na favela de Heliópolis (São Paulo) e reúne os times “dos brancos” contra “os pretos”, numa alegoria sobre a diversidade racial no Brasil.

Minoria Absoluta (Brasil, 1994). Direção: Artur Autran.

Atuação dos intelectuais negros nas universidades brasileiras e como eles encaram o preconceito racial na sociedade. Entrevistados: Milton Santos, Dulce Pereira, Emanuel Araújo, Clóvis Moura e Fernando Conceição

“Medo de quê”

ECOS – Comunicação em Sexualidade, Instituto Promundo, Instituto PAPAÍ e Salud Género, 2005. Desenho animado sem palavras que focaliza o processo de descoberta, por um garoto, de sua atração afetiva-sexual por rapazes, e o impacto que isso traz às relações a sua volta.

Zumbi somos nós: cartografia do racismo para o jovem urbano. Direção: Frente 3 de

Fevereiro. Ano: 2007.

Sinopse: O vídeo retrata a questão do racismo urbano e da violência policial contra jovens negros em São Paulo a partir do caso do dentista negro Flávio Sant’Ana. O jovem foi morto pela polícia militar de São Paulo em 3 de fevereiro de 2004 ao ser confundido com um ladrão sendo que o caso teve repercussão nacional.

Ver: <http://www.frente3defevereiro.com.br/>

Onde encontrar os vídeos:

CEERT – www.ceert.org.br

(11) 6978-8333

Funarte/Decine www.decine.gov.br / video.

decine@funarte.gov.br (21) 2580-3386

Riofilme www.rio.rj.gov.br/riofilme/

videoriofilme@pcrj.rj.gov.br (21) 2220-7090

2001 Video Locadora

www.2001video.com.br - 0800-11-2001

Associação Cultural Cachuera

cachuera@cachuera.org.br (11) 3872-8113

Vídeo FAU – Faculdade de Arquitetura e

Urbanismo da USP -- videofau@usp.br

(11) 3091-4524

Instituto Itaú Cultural

www.itaucultural.org.br

(11) 3268-1777

TV Cultura – Video Cultura

www.videocultura.com (11) 4154-8484.

SITES

Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação (ICERD) de 1967

http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/convdiscracial.pdf

Conferência Mundial contra o Racismo, a Homofobia, a Xenofobia e as Formas de Intolerância Correlatas de 2001

<http://www.rndh.gov.br/Carta%20do%20Rio.pdf>

Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2004)

<http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/ppcor/0302.pdf>

Projeto da Universidade Federal de São Carlos e da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo para formação de educadores sobre a Lei nº 10.639.

<http://www.ufscar.br/~neab/>

Projeto que formou professores da rede pública de ensino para a implementação da Lei Federal 10.639, que coloca a obrigatoriedade do ensino de história do negro, culturas afro-brasileiras e africanas no ensino fundamental e médio, público e privado no Brasil.

CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades

<http://www.ceert.org.br/>

Criado em 1990, é uma organização não-governamental, apartidária e sem fins lucrativos que conjuga produção de conhecimento, com programas de intervenção no campo

das relações raciais e de gênero, buscando a promoção da igualdade de oportunidades e tratamento e o exercício efetivo da cidadania.

ONG FALA PRETA

<http://www.falapreta.org.br/>

Fundada em abril de 1997, a missão da entidade é promover o desenvolvimento humano sustentável buscando a eliminação de todas as formas de discriminação e violência, especialmente a discriminação étnico-racial e de gênero, com base nos princípios éticos da igualdade, equidade e justiça, na promoção da qualidade de vida e no respeito aos direitos.

CEAP - Centro de Articulação de Populações Marginalizadas

<http://www.portalceap.org.br/>

Organização não-governamental, sem fins lucrativos, fundada no Rio de Janeiro em 1989 por ex-internos da Funabem, membros da comunidade negra e do Movimento de Mulheres. A recorrente violação dos direitos fundamentais das classes menos favorecidas foi na realidade a grande inspiração para a criação do CEAP.

Fundação Cultural Palmares

<http://www.palmares.gov.br/>

Entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, cuja missão corporifica os preceitos constitucionais de reforço à cidadania, identidade, ação e memória dos segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade brasileira, somando-se, ainda, o direito de acesso

à cultura e a indispensável ação do Estado na preservação das manifestações afro-brasileiras.

<http://www.mundonegro.com.br/>

Site de variedades contendo notícias, reportagens e matérias voltadas a população afro-brasileira.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>

Fundação pública federal vinculada ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros. Os trabalhos do IPEA são disponibilizados para a sociedade por meio de inúmeras e regulares publicações e seminários e, mais recentemente, via programa semanal de rádio e TV em canal aberto e fechado.

FOTOS

Capa/ Página 12, 13 e 18

Moisés Morais

4ª Capa/Página23

Nara Osga

Beto Garavello e

David Rego Jr./PMSA

Página 4

Julio Bastos/PMSA

Página 16

Julio Bastos/PMSA

Página 24

Julio Bastos/PMSA

Beto Garavello e

David Rego Jr./PMSA

Página 30

Julio Bastos/PMSA

Página 33

Beto Garavello e

David Rego Jr./PMSA

Páginas 34 e 35

Julio /PMSA

Páginas 41 e 42

Beto Garavello e

David Rego Jr./PMSA

Página 05

Vasant Dave

Abraham Dass

David Garzon

Página21

Arif Imam

Ryan Forkel

JHorna Smidt

CELAL TEBER

constantin jurcut

rezi gurashi

Página31/37

Milena Mateuzi Carmo

Página38

Anissa Thompson

Página44/45

Malik Bhai

Lynette Lan

Zac Nelson

Vasant Dave

Abraham Dass

David Garzon

Ilustrações

Páginas 29

Mario Amaya

PUBLICAÇÕES

ARENDR, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ASHOKA Empreendedores Sociais; TAKANO Cidadania. **Racismos Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

BANTON, Michael. **Dictionary of race and ethnic relations**. London: Routledge, 1994.

BARBOSA, M. I. e FERNANDEZ, V. R. Afirmando a saúde da população negra na agenda das políticas públicas In: BATISTA, L. e KALCKMAN, S. (org). Seminário Saúde da população Negra; Estado de São Paulo, 2005.

CONSÓRCIO MUNICIPAL GRANDE ABC. OIT. SEPIR. Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça. Erradicação da Pobreza e Promoção do Emprego. **Diferenças são naturais. Desigualdades não!**, novembro de 2005.

CORREA, Mariza. **Antropólogas & Antropologia**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dôminus Editora, 1965.

FRASER, Nancy. "Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era 'pós-socialista'". **Cadernos de Campo**: revista dos alunos de pós-graduação em Antropologia Social da USP, n. 14/15 (ano 15), 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

FRY, Peter. **A persistência da raça**: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

HASENBALG, C. (1979). **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____; SILVA, N.V. **Relações Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992

HENRIQUES, R. **Desigualdade Racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, 2001.

HITLER, Adolf. **Minha luta**. Editora Mestre Jou. São Paulo. 1962.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1936.

HONNETH, Axel (2003). **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

JACCOUD, L. B.; BEGHIN, N. **Desigualdades Raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA, 2002.

LIMA, Márcia. Estratificação social, mercado de trabalho, desigualdades raciais: uma introdução". In: HASENBALG, C; SILVA, N.V., Lima, M. **Cor e Estratificação Social**. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2005.

LOPES, F.(2003). Experiências Desiguais ao Nascer, Viver, Adoecer e Morrer: Tópicos em saúde da população negra. In: Seminário Nacional da População Negra. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/caderno_textos_basicos_snsnpn.pdf

LOPES, F. **Mulheres negras e não negras vivendo com HIV/AIDS no estado de São Paulo**: um estudo sobre suas vulnerabilidades. São Paulo; 2003. [Tese de Doutorado – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].

MEMÓRIA E HISTÓRIA DE NEGROS E NEGRAS NA CIDADE DE SANTO ANDRÉ / Editado pela Soweto. São Paulo: Soweto, 2005.

MOUTINHO, Laura. **Razão, "cor" e desejo**: uma análise sobre relacionamentos afetivo-sexuais "inter-raciais" no Brasil e na África do Sul. São Paulo: UNESP, 2004.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca**: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: EDUSP, 1998.

OLIVEIRA, Fátima. **Saúde da População Negra**: Brasil ano 2001. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003.

OLIVEIRA, L et. al. (1981). **O Lugar do Negro na Força de Trabalho**. Rio de Janeiro, IBGE, 1981.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**. São Paulo: Duprat-Mayenca, 1928.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Martins, 1942.

PAIXÃO, Marcelo J. de Paula. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia**: estudo de contato racial. São Paulo: Nacional, 1945.

PIZA, Edith; BENTO, Maria A. O baile da cor – apontamentos sobre conceitos, métodos e procedimentos de classificação racial". In: SILVA Jr, A. (org.). **O Papel da Cor: raça/etnia nas políticas de promoção da igualdade**: anotações sobre a experiência de Santo André, 2003.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. PNUD. Programa de Combate ao Racismo Institucional no Brasil. Brasília: PNUD, 2006. Disponível em: <http://www.combateaoracismoinstitucional.com>

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Complexo de Zé Carioca. Nota sobre uma identidade mestiça e malandra. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, São Paulo, 1995

SILVERIO, Valter Roberto. A diferença como realização da liberdade. In: **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2006.

SILVA, Cidinha da. **Ações Afirmativas em Educação**: Experiências Brasileiras. São Paulo: Summus, 2003.

SIMÕES, Julio. **Sexualidade: dimensão conceitual, diversidade e discriminação**. [2006] (mimeografado).



20 de Novembro

Dia da Consciência Negra



Preserve a memória dos que lutaram e construa uma história de igualdade.

O Dia da Consciência Negra é uma data a ser comemorada por todas as pessoas. É quando o Brasil celebra o anseio de liberdade, a luta por igualdade de direitos e pelo respeito à diversidade étnica e cultural.

Por isso, 20 de Novembro é feriado.

Comemore esta data.

Comemoramos nesse dia a luta de Zumbi dos Palmares. Uma luta que não acabou com a abolição da escravidão, pois ela não trouxe a liberdade tão sonhada. Uma data pela auto-

conscientização dos brasileiros. Uma data criada pelo Brasil que, a cada ano, é comemorada em todo Brasil. É uma data que nenhuma pessoa deve esquecer, mas que todos devem amar e respeitar. É uma data que nos lembra os valores com quem vivemos e que devemos respeitar em nossas vidas. E o Dia da Consciência Negra é respeitado por todos e todas.

